

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

2025/2027

CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL



unidos pelo
liberalismo



iniciativa
liberal





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Viva Liberais,

Hoje escrevo-vos para vos **manifestar um desejo** e **uma ambição**: deixar **um Portugal mais liberal** para os nossos filhos, para os nossos netos e porque não, para nós próprios!

Este foi o **desígnio que me fez entrar na Iniciativa Liberal**, no meio de uma pandemia, em casa, a cuidar da minha filha de apenas 1 ano de idade. Entretanto em 2022 nasceu o meu filho, mas a missão manteve-se: **Deixar um país mais liberal do que os meus pais me deixaram.**

O percurso do partido desde então tem sido **notável** e é um **orgulho** fazer parte desta **família** e de **ter contribuído** para que o nosso partido e todos os membros chegassem ao **patamar em que hoje nos encontramos!**

No entanto, **chegou a altura de darmos um passo em frente**, para com **Coragem Transformarmos Portugal** num **país mais liberal**, em que **todos tenham a liberdade para serem felizes**, sem amarras económicas, sociais ou políticas, **onde o limite da felicidade de cada um dependa apenas do próprio** e não do Estado ou de outra entidade externa.

Transformar este **sonho em realidade só depende de nós**, de um **verdadeiro sobressalto liberal**, que, **Unidos, podemos concretizar!**



Liberais, **o desafio é grande mas sei exatamente como o alcançar.** A **União entre os liberais**, trabalhando **Unidos**, com respeito pelos nossos valores e princípios fundacionais, **pode fazer deste partido um exemplo na política nacional e catapultar a política nacional para um patamar de excelência.**

O **ideário liberal** é a **nossa maior ferramenta** e a **sua divulgação** é uma necessidade para os portugueses!

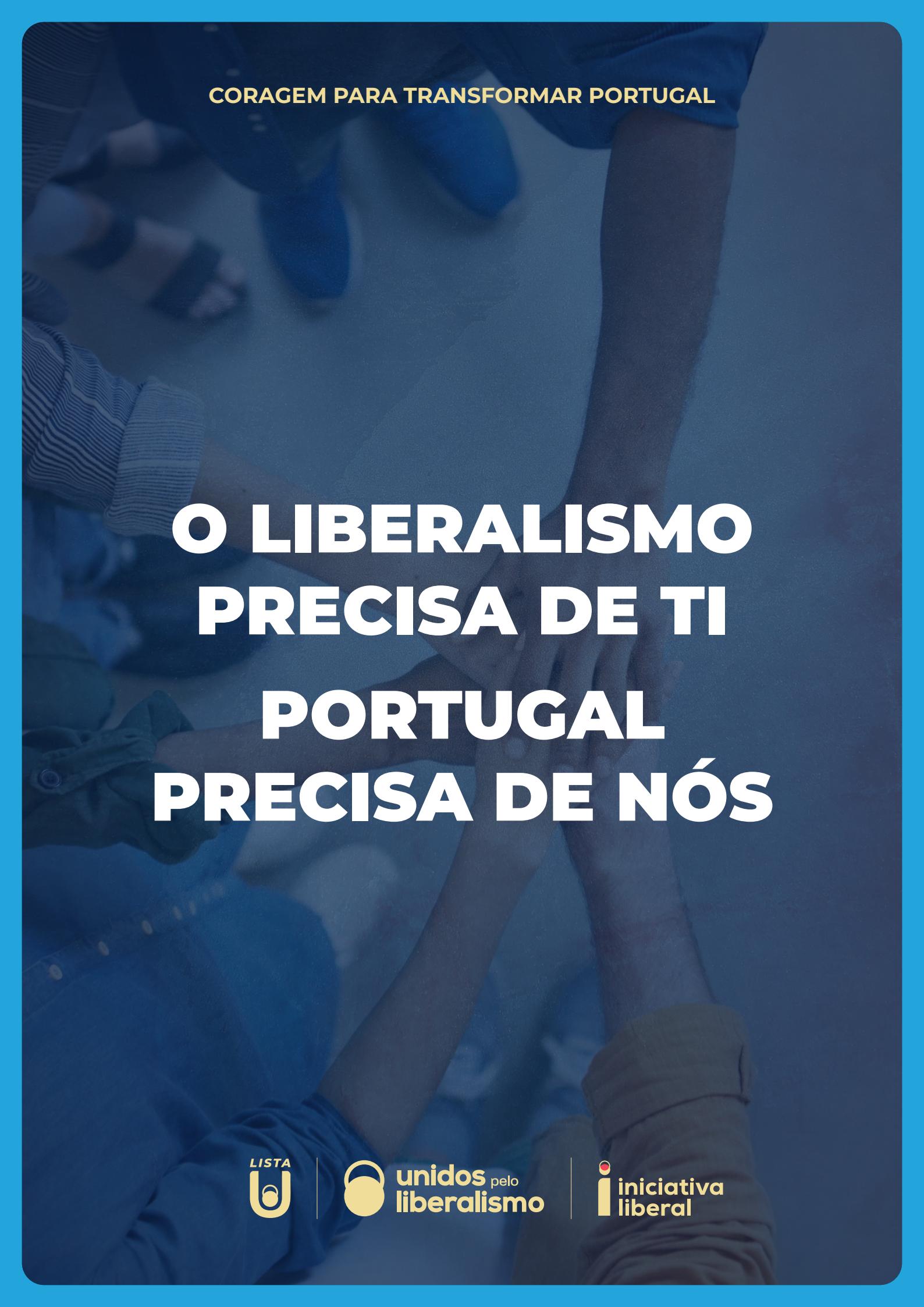
Estão à porta umas **eleições de proximidade**, onde **cada indivíduo** terá a oportunidade de ser um **elemento dinamizador do partido** na sua região. O indivíduo tem uma força extraordinária, mas os nossos **Núcleos Territoriais**, com **mais recursos** e **apoio nacional**, terão um **papel importantíssimo nesta batalha** que, como qualquer batalha liberal, se deve **focar nas suas ideias, na melhoria das condições de vida dos portugueses, sustentado no nosso fortíssimo ideário liberal!**

Liberais, **comprometo-me a ser um Presidente presente, a tempo inteiro**, como tenho sido durante esta campanha, falando com todos os membros, **questionando e auscultando** as suas opiniões, **visitando todas as regiões de Portugal. Estarei ao vosso lado**, já a partir do dia 3 e **durante toda a campanha das próximas Eleições Autárquicas, marcando presença sempre que solicitado**, neste enorme desafio, voto a voto, eleitor a eleitor, fazendo deste partido uma verdadeira força autárquica!

Contem comigo, com a mesma **Coragem** de sempre, para **Transformar Portugal!**

Um abraço,

Rui Moreira



CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

O LIBERALISMO
PRECISA DE TI
PORTUGAL
PRECISA DE NÓS



unidos pelo
liberalismo



iniciativa
liberal

O ÍNDICE DA NOSSA MOÇÃO

O NOSSO COMPROMISSO E OS NOSSOS VALORES OS NOSSOS DESAFIOS

ESTRATÉGIA EXTERNA ESTRATÉGIA ELEITORAL ESTRATÉGIA POLÍTICA

O NOSSO DESÍGNIO

A NOSSA ESTRATÉGIA

PARA MAIS E MELHOR EMPREGO

PARA UMA MAIOR COESÃO TERRITORIAL, ECONÓMICA E SOCIAL

PARA UMA JUSTIÇA AO SERVIÇO DA POPULAÇÃO E DAS EMPRESAS

PARA UMA SEGURANÇA SOCIAL COM RESPEITO PELA SUSTENTABILIDADE
INTERGERACIONAL

PARA UMA FISCALIDADE AMIGA DO INVESTIMENTO

PARA UMA EDUCAÇÃO COMO VERDADEIRO ELEVADOR SOCIAL

PARA UM SISTEMA DE SAÚDE ADAPTADO AO SÉC. XXI

PARA UM DESPORTO QUE TRANSFORME A SOCIEDADE

PARA MITIGAR O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

PARA REFORMAR O ESTADO

PARA UMA IMIGRAÇÃO DIGNA

PARA UM MAIOR INCENTIVO À NATALIDADE

PARA UMA SEGURANÇA NACIONAL ROBUSTA

PARA UMAS FORÇAS ARMADAS COM DIGNIDADE

PARA UMA POSIÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDO

PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA DIÁSPORA PORTUGUESA

PARA UMA MAIOR COMPETITIVIDADE ENERGÉTICA

PARA UMA FLORESTA COM MAIOR VALOR ECONÓMICO

PARA UM PAÍS MAIS ORIENTADO PARA O MAR

PARA UMA MELHOR GESTÃO DA ÁGUA POR TODO O TERRITÓRIO

PARA MAIS DIREITOS PARA OS PROFISSIONAIS LIBERAIS

O ÍNDICE DA NOSSA MOÇÃO

PARA UMA CULTURA MAIS LIBERAL

COMUNICAÇÃO EXTERNA

ESTRATÉGIA INTERNA

O MEMBRO NO CENTRO DA AÇÃO

PRODUÇÃO, GESTÃO E PARTILHA DE CONHECIMENTO

APOIO AO MEMBRO

O FUTURO

DAR VOZ AOS JOVENS

DAR PALCO AOS JOVENS

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

CANDIDATOS E ELEITOS

VISÃO PARA OS NÚCLEOS E TERRITÓRIOS

ABORDAGEM A NOVOS SEGMENTOS ELEITORAIS

COMUNICAÇÃO INTERNA

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ADMINISTRATIVO E SECRETARIA GERAL

TESOURARIA

RELAÇÃO COM OS ÓRGÃOS NACIONAIS

RELAÇÃO COM OS ELEITOS E REPRESENTANTES DA INICIATIVA LIBERAL

A NOSSA EQUIPA



Moção de Estratégia Global — 2025/2027

CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL — Lista U

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL 2025/2027
CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

O NOSSO COMPROMISSO E OS NOSSOS VALORES



unidos pelo
liberalismo



iniciativa
liberal

O NOSSO COMPROMISSO

A Iniciativa Liberal é **mais do que um partido político**, é um **movimento de ideias, valores e ações focado em transformar Portugal**. Por um país **mais livre, mais justo e mais próspero**.

A nossa visão é clara: **promover o liberalismo como um motor de mudança** política, social e económica, **respeitando a diversidade de perspetivas** e **reforçando o mérito** e a **responsabilidade** em todas as dimensões da vida pública.

Queremos uma **Iniciativa Liberal renovada** e com uma **política liberal que chegue a todos os cantos de Portugal**.

Um partido que é **inclusivo, corajoso e fiel aos seus valores e princípios**.

Queremos ser **mais do que uma alternativa**, queremos ser o **motor de transformação do país**, que inspire **confiança**, envolva a **sociedade civil** e coloque o **indivíduo no centro das políticas**, com o poder de moldar o seu próprio futuro.

Este é o nosso compromisso: **servir os membros, os eleitores e Portugal com integridade, ambição e visão liberal**.

OS NOSSOS VALORES

OS MEMBROS E OS PORTUGUESES

O nosso **compromisso** começa com os **membros do nosso partido**. Apenas com **todos** e com cada um, teremos uma **Iniciativa Liberal capaz de transformar Portugal**.



Queremos ser um partido que **agrega** e **serves**, colocando o **indivíduo no centro da estratégia política e das propostas**. Acreditamos que cada membro, com a sua diversidade de pensamentos e experiências, é **essencial** para o **crescimento e sucesso do projeto liberal**. Reconhecemos que **sem os nossos membros o partido não existe, e sem servir Portugal o partido perde a sua razão de ser**.

INCLUSÃO E PLURALISMO

Somos a **casa de todos os liberais**, independentemente da vertente de liberalismo com que mais se identificam.

Defendemos o **pluralismo como pilar fundamental da nossa conduta**, respeitando e promovendo o debate construtivo e informado dentro e fora do partido.

A **abertura às vozes da sociedade civil é crucial** para a nossa visão de um **partido mais dinâmico** e em **constante renovação**, que forme e retenha os seus quadros, mas também que seja capaz de trazer novos quadros da sociedade civil.

Queremos mais **proximidade com os membros**, mais **inclusão** e um ambiente onde **todas as opiniões são respeitadas**.

Procuramos **atingir consensos alargados** dentro do partido, garantindo **unidade e pluralismo**.

MÉRITO E CONHECIMENTO

Enquanto partido liberal, **o mérito está no centro da nossa identidade**. Rejeitamos o nepotismo e o favoritismo, promovendo a **seleção de representantes e candidatos baseados na competência, dedicação e capacidade de representar os valores liberais**.

Estabelecemos **programas estruturados e sustentados na prova científica**, garantindo que as nossas **propostas** sejam **ambiciosas, abrangentes e fundamentadas**.

O **Gabinete de Estudos** e o **acervo do partido** são **ferramentas cruciais** para **disseminar conhecimento e promover a colaboração e a partilha de conhecimento** entre os membros.

Cada membro é chamado e incluído a contribuir com ideias e propostas, fortalecendo o partido através da participação ativa e colaborativa. **Envolvemos a sociedade civil e acolhemos quadros independentes de reconhecido mérito** para preparar e implementar ideias transformadoras.

TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE

A **transparência** está no **centro de todas as nossas ações**, desde os processos internos até ao diálogo com outros partidos e instituições, o nosso **compromisso é com a verdade e a clareza**.

Somos **responsáveis perante os nossos membros, eletores e país**.

Cumprimos com os compromissos assumidos e respeitamos as expectativas de quem confia na nossa visão.

A **nossa integridade** reflete-se na **coerência entre os nossos valores, discursos e ações**.

CULTURA DE MUDANÇA E INOVAÇÃO

A Iniciativa Liberal é, por essência, **disruptiva e reformista**.

Não temos medo de desafiar o status quo e propor reformas estruturais que coloquem Portugal no caminho do crescimento.

OBJETIVOS CLAROS E AMBICIOSOS

Fixamos **metas claras e ambiciosas** e trabalhamos de forma **transparente e responsável** para as atingir.

Não tememos **assumir responsabilidades** pelos resultados e **aprender com os desafios encontrados**.

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL 2025/2027
CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

OS NOSSOS DESAFIOS



unidos pelo
liberalismo



iniciativa
liberal

OS NOSSOS DESAFIOS

A Iniciativa Liberal enfrenta desafios significativos e diversos no atual panorama político, económico e social português, que exigem uma abordagem estratégica, coerente e determinada para consolidar a posição do partido como uma força reformista e impulsionadora do crescimento de Portugal.

Após **oito anos de governação socialista**, que acentuaram problemas estruturais, como a dependência estatal, a falta de competitividade, o baixo crescimento económico e a ausência de reformas estruturais impediram o país de atingir o seu potencial.

Os **jovens portugueses** continuam **forçados a emigrar** à procura de melhores oportunidades, sofrendo com um **mercado de trabalho limitado**, que não oferece soluções compatíveis com as suas ambições, com uma **carga fiscal penalizadora** dos seus rendimentos e que impede uma poupança a pensar no futuro, e com a falta de ofertas de habitação a preços acessíveis, que **não lhes permitem a sua emancipação**.

Como consequência, assistimos igualmente a uma **baixa natalidade** e a um **elevado envelhecimento da população**, que coloca uma **pressão crescente sobre a sustentabilidade da segurança social e dos serviços públicos**.

A Iniciativa Liberal tem de assumir um **papel central na criação de soluções para inverter esta tendência atual**, devendo colocar o **foco nos jovens**, na **sustentabilidade da segurança social e dos serviços públicos**, assegurando **qualidade de vida às gerações futuras**. No entanto, o **Orçamento de Estado para 2025 foi mais uma oportunidade perdida** e uma **quebra de confiança dos portugueses por parte do atual Executivo**, tendo ficado aquém do esperado.

A Iniciativa Liberal deve **distanciar-se, diferenciar-se e liderar a agenda política**, apresentando uma **visão de governação que privilegie o mérito, a transparência e a liberdade individual**, apresentando-se

como a **alternativa séria de esperança num futuro mais próspero e mais livre para Portugal**.

A Iniciativa Liberal **deve focar-se em liderar a defesa de uma agenda reformista**, focada na simplificação fiscal, no desmantelamento da burocracia excessiva e na promoção de um ambiente favorável ao investimento.

Num ambiente político cada vez mais competitivo e polarizado, é **crucial manter a mensagem viva e relevante**. A Iniciativa Liberal precisa de **comunicar eficazmente** os seus valores e propostas, usando uma **linguagem clara e acessível**, que chegue a todos os segmentos da sociedade.

A **mensagem deve ser compreendida por cidadãos de todas as faixas etárias, níveis de escolaridade e condições socioeconómicas**, exigindo uma **constante adaptação da mensagem ao público-alvo a atingir, criatividade e empatia**.

As **propostas** da Iniciativa Liberal devem ser **claras e focadas** nos **problemas reais de Portugal** com **soluções pragmáticas e ajustadas à realidade portuguesa**, o que é essencial para conquistar a confiança dos eleitores.

O **caminho de afirmação da Iniciativa Liberal não terminou e está, aliás, longe de terminar**, demonstrado através da **estagnação eleitoral** das últimas Eleições Legislativas de 2024 ou das últimas Eleições Regionais da Madeira de 2024.

A Iniciativa Liberal deve **continuar a focar-se na sua afirmação**, enquanto **partido diferente e partido de Governo para Portugal**, enquanto **único partido que defende a liberdade política, económica e social**, e enquanto único partido que poderá **devolver a Portugal a esperança num futuro mais próspero e mais livre**.

Para tal, a Iniciativa Liberal tem de **retornar à essência do liberalismo**, garantindo um **espaço para debate interno e externo, atraindo e retendo talento, contando com todos** e com cada um e voltando a ser a **casa de todos os Liberais**.

As **Eleições Autárquicas de 2025** são uma **oportunidade** e o palco ideal para **demonstrar e afirmar a capacidade da Iniciativa Liberal** de influenciar a governação, começando pelo impacto local.

A Iniciativa Liberal deverá **implementar uma estratégia que aposte no aumento de representação e influência autárquica a nível nacional**, privilegiando a **corrida em pista própria**, com a **escolha dos seus melhores candidatos, escolhidos com base no mérito** e com **soluções práticas** para as populações locais.

Estes **desafios** representam **oportunidades para a Iniciativa Liberal afirmar o seu compromisso** com um Portugal mais livre, justo e próspero.

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL 2025/2027
CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

ESTRATÉGIA EXTERNA



unidos pelo
liberalismo



iniciativa
liberal

ESTRATÉGIA ELEITORAL

A Iniciativa Liberal apresentar-se-á a todos os atos eleitorais com o desígnio de apresentar soluções exequíveis e credíveis para os problemas dos cidadãos. O cidadão será o centro da nossa ação política, sendo o nosso foco apresentar programas e candidatos capazes de impactar a sua vivência em sociedade.

As **ideias serão a nossa trave mestra**, devendo os nossos **programas** ser **construídos de forma colaborativa e participativa**, com um forte **incentivo à participação de membros e simpatizantes**.

O nosso **Gabinete de Estudos** terá um **papel central** no **desenvolvimento dos nossos programas nacionais**, bem como no **apoio aos programas regionais e locais**.

Os nossos **candidatos** serão os **embaixadores das nossas ideias**, devendo ser **representativos da nossa população**, deter currículos profissionais sólidos e uma capacidade comunicacional para transportar as nossas ideias.

ELEIÇÕES PROGRAMADAS

REGIONAIS DA MADEIRA 2025

A Madeira desde sempre se mostrou um terreno de difícil implementação para as ideias liberais, marcado pela elevada dependência de um Governo Regional que é dirigido pelo PSD desde as primeiras eleições livres. O **clima de instabilidade política** recente terá tendência para **reforçar o voto útil**, pelo que será sempre uma eleição muito desafiante para os liberais madeirenses.

Comprometemo-nos a **trabalhar em conjunto com o Núcleo Territorial da Madeira**, visando **inverter o cenário de ligeira perda de votos registado nas Regionais de 2024** e **fazer crescer a nossa**

votação, permitindo-nos eleger **2 Deputados Regionais**, alcançando o **1.º Grupo Parlamentar Regional** na história da Iniciativa Liberal.

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2025

As Eleições Autárquicas são **tradicionalmente as mais difíceis** para a Iniciativa Liberal, fruto de um **sistema eleitoral que favorece o voto útil** e da, ainda, **limitada cobertura territorial do partido**.

Assim, as Autárquicas 2025 serão **simultaneamente um desafio e oportunidade** para **expandir a mancha territorial da Iniciativa Liberal**.

Desta forma, será um **objetivo central desta eleição** fazer com que a Iniciativa Liberal **esteja presente como candidata em pelo menos 100 municípios**. A estratégia eleitoral e candidatos devem **partir dos Núcleos Territoriais**, existindo, no entanto, **a vontade clara desta Comissão Executiva de que as candidaturas sejam elaboradas de forma autónoma sob a marca Iniciativa Liberal**.

O grande objetivo destas eleições passa por **reforçar a nossa presença local, mais do que duplicando o número de autarcas eleitos, almejando eleger pelo menos 200 autarcas liberais**.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026

Não sendo eleições partidárias, **as Presidenciais são um palco por excelência para a difusão das ideias Liberais**, não podendo a Iniciativa Liberal desperdiçar esta **oportunidade, seja apoiando um membro do partido ou um independente**, com **currículo e capacidade de difusão das ideias liberais**, a Iniciativa Liberal estará presente neste ato eleitoral!!

ELEIÇÕES NÃO PROGRAMADAS

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS ANTECIPADAS

Com o **atual quadro parlamentar**, a **incapacidade governativa** da coligação AD e os **timings associados às próximas eleições presidências**, a probabilidade da existência de Eleições Legislativas antecipadas no decorrer de 2026 é elevada, devendo a Iniciativa Liberal **estar preparada para as disputar**. Assim, iniciaremos a **preparação de um Programa Eleitoral para 2026 logo após as Eleições Autárquicas de 2025**.

As Eleições Legislativas representam um **vértice central da atividade de qualquer partido**, sendo fundamental obter um crescimento sólido para **consolidar o crescimento da Iniciativa Liberal** e sermos capazes de transformar Portugal. Assim, uma Comissão Executiva ambiciosa deve **almejar os 10% nas próximas Eleições Legislativas**, ultrapassando o resultado das Eleições Europeias e **consolidando definitivamente a Iniciativa Liberal no panorama eleitoral nacional**.

A consumação deste objetivo permitirá ao partido **alargar a base de distritos em que obtém representação parlamentar**, sendo claro o **objetivo de alargar a pelo menos Leiria, Faro, Coimbra e Santarém** essa representação. Só uma Iniciativa Liberal com **pelo menos 20 deputados será capaz de influenciar definitivamente a governação de Portugal**, quer através de uma coligação de governo, quer de um acordo parlamentar.

ESTRATÉGIA POLÍTICA

O NOSSO DESÍGNIO | PORTUGAL NAS DEZ ECONOMIAS MAIS DESENVOLVIDAS DA EUROPA

Portugal encontra-se numa encruzilhada quanto ao atual modelo de desenvolvimento económico e social.

Nos últimos 40 anos do século XX Portugal apresentou uma tendência positiva de crescimento e convergência com a média dos países europeus (4,4% de crescimento anual médio anualizado do Produto Interno Bruto - PIB) mas, nas últimas duas décadas tem registado um crescimento económico anémico (0,91% de crescimento anual médio anualizado entre 2000 e 2023), divergindo dos níveis de rendimento e qualidade de vida dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

Este cenário exige uma mudança de paradigma na visão e estratégia para o futuro, que implica romper com visões estatizantes e protecionistas, coragem para realizar reformas estruturantes e estabelecer um novo contrato social, que equilibre a proteção dos mais vulneráveis com incentivos ao trabalho, à poupança e ao investimento, com vista ao equilíbrio intergeracional.

É urgente promover uma mudança cultural e abraçar um desígnio nacional: colocar Portugal no grupo das dez economias mais desenvolvidas da Europa. É imprescindível uma maior receção da ideologia liberal, baseada na meritocracia, que valorize o esforço, o talento e a iniciativa individual.

Esta visão para o país assenta em alguns princípios fundamentais:

- Valorização da liberdade económica e da iniciativa privada como motores do crescimento e da inovação.
- Promoção de uma cultura de mérito e excelência em todos os setores da sociedade.
- Valorização do ensino como o motor do elevador social.
- Foco na educação, na qualificação e no upskilling como pilares do desenvolvimento do capital humano.
- Um sistema de saúde adaptado ao séc. XXI.
- Um SNS robusto, acessível, atualizado e financeiramente sustentável.
- Aumentar os incentivos a uma maior abertura e internacionalização da economia portuguesa.
- Uma justiça mais eficiente e célere.
- Redução do peso e intervenção do Estado, privilegiando o seu papel regulador e facilitador da economia.
- Promoção da concorrência e eliminação de rendas excessivas em setores protegidos da economia.
- Valorização do empreendedorismo e da inovação como fatores de dinamismo económico.

A NOSSA ESTRATÉGIA

PARA MAIS E MELHOR EMPREGO

Num mundo cada vez mais global e competitivo, o mercado de trabalho português enfrenta desafios significativos.

Em 2022, a produtividade em Portugal situava-se em 72% da média da Zona Euro, posicionando o país como o terceiro pior entre os Estados-membros da moeda única, apenas à frente da Eslováquia e da Grécia.

Adicionalmente, o salário médio bruto em 2021 era de 19.300 euros – cerca de 58% da média da União Europeia e 68% do valor praticado em Espanha. A combinação entre uma baixa produtividade e baixos salários perpetua um ciclo vicioso de estagnação económica e de falta de competitividade.

Portugal é uma economia aberta e integrada no espaço europeu. No entanto, é urgente proceder a reformas estruturais no mercado laboral. A legislação vigente é vista como um entrave à competitividade e ao dinamismo da economia, resultando numa limitação da concorrência entre empresas e sendo incapaz de garantir uma verdadeira proteção aos trabalhadores. Isto resulta numa economia focada em setores de baixo valor acrescentado, pouco capital intensivo e com empregos pouco qualificados.

O atual Código do Trabalho é rígido, desadequado aos novos modelos de trabalho e às necessidades dos trabalhadores, prejudicando uma flexibilidade que permita ajustes necessários pelas empresas aos diferentes ciclos, dinâmicas de concorrência e alterações tecnológicas.

Esta rigidez limita a criação de novos postos de trabalho e acentua desigualdades, criando um sistema dual, em que os trabalhadores mais antigos gozam de uma maior proteção face aos mais jovens, que enfrentam uma situação de vulnerabilidade, precariedade e instabilidade, sem oportunidades claras de progressão.

Aproximar o enquadramento legal do trabalho aos padrões dos países europeus mais competitivos exige reduzir a complexidade administrativa e sensibilizar as empresas, os trabalhadores e os reguladores para a relevância de uma abordagem alinhada com os princípios da

flexissegurança, combinando uma maior flexibilidade para as empresas com mecanismos sólidos de proteção social, com uma maior inclusão dos trabalhadores, que passam a ter acesso a rendimentos adequados durante períodos de desemprego e que permitem a sua reintegração no mercado de forma mais rápida e eficiente e acesso a programas de requalificação.

Esta abordagem implica o aumento da proteção no desemprego, fortalecendo os mecanismos de apoio durante os períodos de transição entre empregos, o aumento de incentivos à criação de empregos, implementando políticas que fomentem a criação de novos postos de trabalho, promovendo o empreendedorismo e a inovação, a flexibilização da formação e cessação dos contratos de trabalho, garantindo uma maior facilidade dos empregadores ajustarem os seus quadros às necessidades do mercado, sem prejudicar os direitos fundamentais dos trabalhadores e a extensão do subsídio de desemprego, alargando o acesso ao subsídio de desemprego a trabalhadores que optem por se desvincular de contratos de longa duração, incentivando uma maior mobilidade laboral e reduzindo o receio da transição.

A existência de duas legislações distintas: a legislação que regula o emprego privado, o Código do Trabalho, e a que regula o emprego público, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGFP), coloca trabalhadores em categorias profissionais onde não existem especificações em situações de desigualdade, devendo caminhar-se para uma uniformização das relações de emprego públicas e privadas, acabando com as atuais discriminações, compreendendo-se, no entanto, a existência de um regime próprio quando respeitantes às funções de soberania nacional (Forças Armadas, Forças de Segurança, Magistraturas Judicial e do Ministério Público, Diplomacia e Representação Externa).

A flutuação na atividade das empresas, existindo picos de procura que contrastam com períodos de arrefecimento da atividade, exige uma capacidade de adaptação, tendo em vista a rentabilidade e a sustentabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

A instituição de mecanismos de flexibilização de horários, assentes em acordos prévios entre a entidade patronal e o trabalhador apresentam-se como uma alternativa.

O recurso a bancos de horas deverá ser novamente consagrado para a negociação individual, podendo o horário normal de trabalho ser

aumentado até duas horas por dia, 50 horas por semana e 150 horas por ano, com a correspondente contrapartida monetária pelo trabalho realizado. A par, devem ser reforçadas as garantias do trabalhador, uma vez que o banco de horas individual tem de ser expressamente aceite por escrito, pelo trabalhador, algo que não acontecia no quadro legal que vigorou até 2019.

É também essencial fortalecer a representatividade na concertação social, reduzindo a desconfiança entre empregadores e trabalhadores. Portugal deve incentivar o trabalho independente e criar condições mais justas para os profissionais liberais, reconhecendo o seu papel no dinamismo económico.

Os sindicatos em Portugal, cada vez menos representativos dos setores mais dinâmicos da sociedade, configuraram uma das maiores oportunidades perdidas para a criação de um mercado de trabalho moderno e competitivo. As portarias de extensão, criadas aparentemente para proteger os trabalhadores não sindicalizados, fomentaram um fenómeno de free riding sindical, colocando em igualdade os trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, o que levou a que Portugal atingisse uma das taxas de sindicalização mais baixas da Europa.

É necessária uma reformulação do sindicalismo português, adotando o modelo de Ghent, baseado na prestação de serviços especializados aos associados, como apoio jurídico, seguros de saúde ou desemprego, formação profissional e acesso a bases de dados de emprego, como sucede em outros países europeus. Este modelo transformaria os sindicatos em parceiros ativos no mercado laboral, fortalecendo o seu papel, enquanto instituições independentes, de adesão voluntária, proporcionando uma transição mais segura entre empregos, sem uma súbita desproteção em caso de desemprego.

Aliado a isso, a grande maioria dos portugueses continua a desconhecer a contribuição mensal para a Segurança Social que efetivamente suporta. Os trabalhadores suportam uma contribuição mensal de 34,75%, mas o seu recibo de vencimento apenas apresenta a contribuição direta, por via suportada, de 11%, sendo os restantes 23,75% porsi igualmente contribuídos, completamente omissos do seu recibo de vencimento. É essencial que os recibos de vencimento sejam mais transparentes, apresentando toda a contribuição efetivamente realizada, seja diretamente, a seu cargo, ou indiretamente, a cargo da entidade empregadora.

PARA UMA MAIOR COESÃO TERRITORIAL, ECONÓMICA E SOCIAL

Portugal enfrenta, há várias décadas, um acentuado contraste entre o desenvolvimento do litoral e do interior. Os grandes centros urbanos, como Porto e Lisboa, continuam a ser os motores económicos do país, beneficiando de um crescimento robusto e diversificado. Nessas regiões, as infraestruturas são de qualidade, as soluções de mobilidade acessíveis, as taxas de desemprego mais baixas e os salários mais elevados, contribuindo para uma competitividade económica e um grau crescente de internacionalização empresarial que se aproxima dos padrões europeus.

Pelo contrário, o interior do país enfrenta desafios persistentes, como o despovoamento, o envelhecimento demográfico e um ritmo de crescimento económico mais lento. Estas regiões lutam, com armas desiguais, para atrair e reter empresas e até mesmo serviços públicos.

A promoção da coesão territorial, social e económica é um desafio fundamental para Portugal. Uma estratégia eficaz neste domínio é essencial para garantir um crescimento económico sustentável e inclusivo, que beneficie todas as regiões e camadas da sociedade, e também que retire pressão sobre os equipamentos e infraestruturas das grandes cidades.

É necessário defender uma verdadeira regionalização, que não implique mais Estado, mais sobreposição de competências, mais desperdício e mais cargos, mas, pelo contrário, menos Estado, melhor Estado, um Estado mais eficiente e próximo dos cidadãos, uma regionalização que se traduza num contributo para a redução do peso do Estado na economia.

É necessária mais descentralização, com a transferência de competências e recursos para as autarquias locais, não apenas através de fundos de coesão, mas também com critérios claros de distribuição do fundo de equilíbrio financeiro, colocando o contribuinte no centro da decisão, permitindo-lhes decidir a que município entrega a sua quota-parte de IRS e IRC, levando a uma maior transparência na alocação dos impostos.

É também crucial investir na melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias entre o interior e o litoral, garantindo a expansão da cobertura de banda larga e 5G a todo o território, essencial para permitir a fixação das pessoas e das empresas.

A criação de um mecanismo de créditos fiscais para o investimento na indústria transformadora, florestal e na modernização da atividade agrícola no interior, à semelhança do modelo do SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial), combinada com o incentivo à criação de empregos qualificados no interior e o desenvolvimento de programas de atração e fixação de jovens qualificados, é essencial.

O desenvolvimento da indústria transformadora no interior permitirá transformar o tecido económico português, aproximando-o da média europeia em termos de peso da indústria transformadora no PIB, reduzindo a volatilidade das exportações líquidas.

O incentivo ao desenvolvimento de clusters regionais, identificando e potenciando as vocações económicas de cada região e promovendo a especialização territorial, permitirão auxiliar na criação de cadeias de valor e fomentar a cooperação entre empresas.

O nível de escolaridade e formação no interior é significativamente inferior ao do litoral. É essencial promover o acesso e a criação de programas de qualificação, dotando as empresas de mão-de-obra qualificada, capaz de se adaptar às novas tecnologias e às exigências do mercado de trabalho.

PARA UMA JUSTIÇA AO SERVIÇO DA POPULAÇÃO E DAS EMPRESAS

A justiça é um dos garantes do Estado de Direito democrático e da Separação de Poderes, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento de uma sociedade livre, próspera e justa.

Em Portugal, o sistema judicial enfrenta desafios profundos que comprometem a sua eficiência, acessibilidade e transparência, afetando os cidadãos e a economia nacional.

Apenas com uma justiça moderna, acessível e eficiente é possível garantir os direitos fundamentais dos cidadãos.

A realização de uma reforma profunda do sistema judicial é essencial para fortalecer o Estado de Direito e garantir um acesso efetivo e equitativo à justiça.

Os problemas estruturais da justiça em Portugal começam com a própria organização do sistema de justiça, que incluem um número elevado de Tribunais de 1.^a instância e da Relação, mas com uma falta de meios humanos suficientes para permitir a sua eficiência e agilidade, passando pela burocracia e falta de modernização tecnológica, custos elevados para o acesso aos tribunais e as dificuldades no combate eficaz à corrupção.

Estes problemas perturbam a confiança dos cidadãos no sistema, atrasam o acesso à garantia do acesso efetivo à justiça e desincentivam o investimento e a inovação no país.

Uma qualquer reforma da justiça deve começar por uma revisão do número de tribunais, por via de uma alteração à Lei de Organização do Sistema Judiciário, que permita assegurar uma maior eficiência e racionalização dos meios humanos e materiais disponíveis.

A revisão dos Códigos de Processo Civil e Penal são essenciais, permitindo uma eliminação de formalismos processuais inúteis e das manobras dilatórias, que aumentam os tempos de duração dos processos.

O incentivo ao recurso à mediação e à arbitragem é fundamental, promovendo soluções alternativas de resolução de conflitos, aliviando a carga processual dos tribunais e permitindo uma resolução mais rápida dos litígios.

O reforço da resolução de conflitos comerciais, criando centros de arbitragem e mediação especializados em litígios empresariais, permitirá uma justiça ágil para empresas e investidores.

No âmbito da garantia do acesso universal à justiça, é fundamental implementar um sistema progressivo de taxas de justiça, que tome em consideração os rendimentos dos cidadãos, através de uma revisão do Regulamento das Custas Processuais, assegurando que ninguém seja impedido de recorrer à justiça por questões financeiras.

A garantia da proteção jurídica de quem não pode pagar as despesas associadas a um processo e à representação por um mandatário é essencial, devendo ser alargado e expandido o apoio judiciário, através da revisão dos critérios de elegibilidade, assegurando que ninguém é impedido de recorrer à justiça por razões financeiras.

A modernização tecnológica, permitindo um acesso digital aos cidadãos, e não apenas aos mandatários, e a utilização de Inteligência Artificial para tarefas administrativas, como a organização de documentos, permitirá promover a transparência, reduzir a burocracia e otimizar recursos humanos.

A transparência e o combate à corrupção permitirão reforçar a confiança no sistema judicial, dotando os órgãos de fiscalização dos meios humanos e tecnológicos necessários para investigar e combater eficazmente a corrupção.

Os magistrados exercem um papel fundamental na sociedade portuguesa, devendo o reconhecimento da relevância do papel de juiz ser uma realidade, enquanto garantes do Estado de Direito democrático.

O aumento da atratividade da carreira da magistratura deve ser uma prioridade, estabelecendo mecanismos que valorizem a profissão e incentivem tanto o ingresso, quanto a continuidade na carreira.

A promoção da literacia jurídica é essencial, através do desenvolvimento de campanhas de educação para informar os cidadãos dos seus direitos e deveres, bem como a realização de parcerias com escolas e instituições de ensino superior para integrar o ensino de conceitos básicos de justiça no currículo educativo, promovendo igualmente a colaboração entre as universidades, centros de investigação e o sistema judicial para introduzir práticas baseadas em evidências, promovendo inovação e eficiência.



PARA UMA SEGURANÇA SOCIAL COM RESPEITO PELA SUSTENTABILIDADE INTERGERACIONAL

A Segurança Social, enquanto um dos pilares fundamentais das sociedades ocidentais, enfrenta desafios crescentes de sustentabilidade. O envelhecimento da população ativa, como consequência da baixa natalidade e da elevada emigração jovem, levou a um aumento da pressão sobre o atual sistema.

Mecanismos como o aumento da produtividade, o aumento de imigração, uma maior participação feminina no mercado de trabalho ou o prolongamento da vida ativa, são insuficientes, adiando o problema sem o resolverem.

O atual modelo contributivo da Segurança Social, essencialmente solidário, não acompanha as contribuições efetuadas ao longo da vida ativa, não existindo uma correlação direta entre as contribuições efetuadas e a pensão de velhice a auferir.

Em 2021, para assegurar um reformado ou pensionista eram necessários dois trabalhadores no ativo, sendo a manutenção deste modelo insustentável e impedem um envelhecimento digno, principalmente quando comparamos com o Reino Unido, Suécia ou Holanda, que já evoluíram para sistemas mistos ou de capitalização, alinhados com o que a Iniciativa Liberal tem vindo a propor.

Apesar de termos um sistema sustentado numa lógica de Benefício Definido, os trabalhadores contribuem como se fosse um Sistema de Contribuição Definida, com uma taxa fixa (11% + 23,75%). O déficit resultante é frequentemente coberto por impostos ad hoc, retirados do Orçamento do Estado.

É essencial uma reforma profunda do atual Sistema de Segurança Social que combine dois pilares obrigatórios: um que garanta uma pensão digna para todos; e outro que interligue o sistema ao crescimento económico e salarial. Apenas assim é possível assegurar uma Segurança

Social com respeito pela sustentabilidade intergeracional e com uma maior justiça social.

Esta reforma deverá ser sustentada no princípio da valorização da poupança individual e na redistribuição sustentável, assente em três pilares: no sistema PAYGO com Contas Nacionais, assegurando uma relação direta entre as contribuições efetuadas ao longo da vida ativa e a pensão a auferir, estabelecendo um valor mínimo e máximo de pensões, redistribuindo parte das contribuições dos rendimentos mais elevados para os mais baixos, assegurando mais segurança a todos os cidadãos, com pensões mínimas subvencionadas pelo Orçamento do Estado, à semelhança do modelo Sueco; no pilar de Capitalização Obrigatória, com liberdade de escolha em fundos de investimento e em que o Regime Público de Capitalização será a opção padrão, permitindo também a escolha de até cinco fundos privados distintos, promovendo diversificação e segurança no investimento, em regime de contribuição definida; e nos Fundos de Pensão Privados de Adesão Opcional, transformando os atuais Planos Poupança Reforma (PPR) num sistema similar aos 401(k) americanos, com tributação à saída, em que uma percentagem extra opcional do salário bruto poderá ser alocada a fundos ocupacionais, com uma gestão pelas associações de trabalhadores e uma amplificação da adesão voluntária.

Além dos sistemas de pensões públicos e privados, a criação de contas poupança semelhantes às contas ISA do Reino Unido ou ISK da Suécia, cujos rendimentos provenientes de juros, mais-valias e dividendos estejam isentos de impostos, até um limite anual de investimento de cinco mil euros, é essencial e poderá ser destinada a finalidades que vão além da reforma.

Cada contribuinte deve ter acesso detalhado às suas contribuições para a Segurança Social, através de uma notificação anual personalizada e atualizada, por via postal, à semelhança da Carta Azul Sueca, assegurando que os valores apresentados correspondem a entregas efetivamente realizadas e não apenas declaradas, promovendo-se uma maior transparência e confiança no sistema, levando a decisões dos cidadãos mais informadas e conscientes sobre poupança e consumo.

As Contas de Certificados de Aforro devem ser integradas na Base Central de Contas do Banco de Portugal e a normalização das fontes de informação aplicáveis a titulares e herdeiros, como Contas de Depósitos,

Seguros, Títulos do Tesouro, devem ser promovidas, garantindo a reclamação dos Certificados de Aforro após a morte do seu titular.

O financiamento das Unidades de Cuidados Continuados Integrados deve ser revisto e atualizado.

Em relação ao Complemento Solidário para Idosos, o mesmo deve ser alterado de forma a trazer mais justiça no cálculo do referencial do mesmo.

É essencial implementar um modelo de incentivos fiscais que promova o mecenato e o financiamento das IPSS e UCCI por particulares e empresas, incentivando uma maior participação da comunidade e dos stakeholders para melhorar a eficiência e as carreiras profissionais dos trabalhadores do setor social.

A promoção do envelhecimento ativo é essencial para a manutenção da saúde mental das pessoas em idade de reforma. A transição de saída do mercado de trabalho deve ser gradual e adaptada às circunstâncias individuais, reconhecendo que cada pessoa conhece melhor a sua própria situação.

É necessário aumentar os limites da taxa global de bonificação, relacionados com os anos trabalhados, assim como da taxa calculada, de forma a tornar mais atrativo o trabalho após a idade de reforma, que deverá vigorar, pelo menos, até à reforma completa do sistema de pensões, permitindo maior liberdade de escolha sobre o momento da reforma, criando nas empresas um incentivo ao emprego de pessoas nesta faixa etária.

PARA UMA FISCALIDADE AMIGA DO INVESTIMENTO

A Iniciativa Liberal tem de voltar a posicionar-se como a defensora máxima de uma maior simplificação e redução da carga fiscal em Portugal, nunca abdicando das suas propostas liberais, arrojadas e reformistas, mas adaptadas e adequadas à concreta realidade portuguesa, tendo sempre em vista a manutenção dos equilíbrios orçamentais.

Com propostas inovadoras, de reconhecido mérito e de profundidade e solidez técnica, porque a fiscalidade não pode ser um obstáculo.

A complexidade do sistema fiscal português é um entrave à sua compreensão e cumprimento, pelo que a simplificação estrutural, que reduza o número de impostos, elimine redundâncias existentes e torne mais clara e transparente a aplicação das normas fiscais é essencial.

É necessário um compromisso de estabilidade fiscal, que assegure que mudanças significativas na política fiscal sejam discutidas e implementadas com períodos de transição adequados, através da criação de um órgão independente ou do alargamento das competências da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, monitorizando a consistência e o impacto das políticas fiscais, garantindo que estas permanecem previsíveis e alinhadas com os objetivos económicos de longo prazo.

A redução da carga fiscal sobre as empresas, por via de uma redução progressiva da taxa de IRC para 15% e da eliminação das derramas, é um pilar fundamental para promover a competitividade económica e atrair investimento, garantindo que Portugal se posicione como um destino atrativo para investidores internacionais.

Reconhecemos a necessidade de colocar os Municípios no centro da representatividade tributária, através de uma reforma dos mecanismos de transferência de recursos do Orçamento para os municípios, como o Fundo de Coesão Municipal e o Fundo Geral Municipal, assegurando uma redistribuição mais transparente, justa e equitativa dos recursos fiscais sem comprometer a competitividade das empresas. Por isto, a eliminação das derramas municipais e estaduais é essencial para garantir que a taxa marginal de IRC em Portugal seja competitiva no contexto Europeu.

As tributações autónomas, que contribuem para a complexidade fiscal e penalizam essencialmente as pequenas e médias empresas, além de pouco utilizadas a nível europeu, o que coloca Portugal numa posição desfavorável no contexto da União Europeia, devem ser totalmente eliminadas, tornando o sistema fiscal mais justo, simples e competitivo.

A simplificação dos escalões de IRS é urgente para promover uma maior justiça fiscal e premiar quem quer subir na vida pelo mérito e esforço do seu trabalho, sendo essencial a redução do número de escalões de IRS, concentrando-os em intervalos mais amplos e que eliminem situações de progressividade excessiva ou descontinuidades na tributação, que afetam sobretudo a classe média.

Os limites de rendimento de cada escalão devem ser ajustados anualmente, de forma consistente e acima da taxa de inflação, de forma a reduzir o esforço fiscal e a evitar a chamada “progressividade por inflação”, em que os contribuintes sobem de escalão devido a aumentos nominais dos seus rendimentos, mas que não refletem um verdadeiro aumento do seu poder de compra.

O reforço da transparência fiscal é também fundamental, com recurso a ferramentas digitais que permitam aos contribuintes compreender de forma clara e transparente o impacto do IRS no seu rendimento disponível.

Os longos prazos de pagamento na Administração Pública têm aumentado a pressão da tesouraria das empresas, especialmente para pequenas e médias empresas (PME), que têm menos acesso a instrumentos de gestão de tesouraria, sendo essencial uma redução substancial dos prazos de pagamento na Administração Pública, com o objetivo de garantir que todos os pagamentos sejam efetuados num prazo máximo de 30 dias após a prestação do serviço ou da entrega do produto. Nos casos onde tal não seja possível, deverá ser criada uma linha de apoio dedicada para PME afetadas por atrasos nos pagamentos, que inclua cedência do crédito comercial, sendo os custos financeiros desses produtos suportados pela Administração Pública.

Portugal tem um tecido empresarial caracterizado por uma fraca autonomia financeira, sendo premente a promoção da capitalização das empresas, reduzindo a dependência de financiamento externo e aumentando a resiliência das mesmas em ciclos económicos menos favoráveis. Para tal, é essencial a introdução de incentivos fiscais

específicos para micro, pequenas e médias empresas, que valorizem o reinvestimento e o fortalecimento de capitais próprios nas empresas.

Estes incentivos podem assumir a forma de uma dedução fiscal do custo do capital próprio, permitindo às empresas deduzir fiscalmente um montante equivalente a uma taxa de custo de capital aplicada sobre os seus capitais próprios, que pode variar consoante o setor de atividade e seria ajustada para refletir o risco e o custo de oportunidade médio de cada indústria, ou através da tributação em sede de IRC apenas sobre os rendimentos distribuídos, em que os rendimentos retidos e reinvestidos na atividade empresarial estariam isentos de tributação, sendo as empresas apenas tributadas sobre os montantes distribuídos aos acionistas sob a forma de dividendos, incentivando as empresas a priorizarem o crescimento e a expansão em vez da distribuição de lucros.

Os benefícios fiscais, como o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI), o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI) e o Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), desempenham um papel crucial no incentivo ao investimento e à inovação em Portugal, e em especial o SIFIDE conseguiu colocar Portugal no radar dos principais fundos de private equity. No entanto, é essencial a criação de guidelines públicas detalhadas, que especifiquem os requisitos e os indicadores necessários para a obtenção de benefícios fiscais, reduzindo a margem de interpretação e promovendo maior equidade aos fundos, bem como a publicação anual de lista de beneficiários e os valores concedidos através de benefícios fiscais, no sentido promovendo um maior nível de transparência e facilitar um maior escrutínio e Monitorização.

Qualquer reforma fiscal deve ser responsável e financeiramente sustentável, garantindo que os orçamentos preservam os equilíbrios macroeconómicos.

PARA UMA EDUCAÇÃO COMO VERDADEIRO ELEVADOR SOCIAL

O sistema educativo tem falhado em ser um verdadeiro elevador social em Portugal, condicionando e limitando os cidadãos ao contexto socioeconómico em que nasceram.

Atualmente, são necessárias cinco gerações para que os descendentes de uma classe baixa alcancem o salário médio nacional. O elevador social está avariado e é urgente uma reforma profunda, com coragem e ambição.

Precisamos de um sistema que valorize o mérito e o esforço, mas também equitativo e inteligente, com capacidade de se adaptar aos diferentes contextos académicos, capaz de proporcionar uma melhoria global nos resultados académicos e de reduzir as desigualdades, transformando a educação num verdadeiro motor de progresso e igualdade.

Os estudos empíricos confirmam o sucesso das políticas liberais no setor da educação, desde que concretizadas com prudência e respeito, e é isso que temos de transmitir de forma eficaz aos portugueses.

A Iniciativa Liberal tem alcançado vitórias políticas importantes neste setor, como a expansão da gratuitidade nas creches, o estatuto do trabalhador-bolseiro ou a defesa dos direitos dos alunos durante o período de pandemia. No entanto, é necessário mais arrojo e mais espírito reformista. Medidas como o “vale educação”, são meros paliativos que não abordam a verdadeira necessidade de uma reforma estrutural.

Esta reforma estrutural deve começar por uma proposta para uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo, pensada para o longo prazo e com base nas melhores práticas internacionais.

Para combater as desigualdades e promover a mobilidade social, é fundamental garantir que as escolas tenham os recursos adequados para responder às necessidades dos seus alunos, implicando um foco prioritário no financiamento das escolas, assegurando que estas possam adaptar-se melhor à realidade das suas comunidades, na eliminação das lacunas em termos de materiais e infraestruturas, especialmente nas escolas que operam sem condições para uma educação de qualidade,

no reforço dos recursos humanos e materiais, com especial atenção para as escolas localizadas em territórios de intervenção prioritária, onde as necessidades são mais prementes, em que a presença de profissionais de apoio, como assistentes sociais e educadores, pode fazer a diferença no apoio direto aos alunos e às suas famílias, e no reforço dos apoios nas escolas com piores desempenhos nos exames nacionais, aumentando a carga horária dos professores com horários incompletos, permitindo-lhes dedicar mais tempo ao apoio individualizado dos alunos, promovendo uma educação mais justa e equitativa.

A autonomia das escolas é uma peça central para esta transformação, permitindo às escolas inovar e adaptar-se às necessidades dos seus alunos, mas que deve vir acompanhada de responsabilidade e com um compromisso na qualidade do ensino e no sucesso académico.

Todas as escolas financiadas publicamente, incluindo as privadas, têm de aceitar todos os alunos alocados, sem discriminação. Devem procurar financiamento junto das comunidades locais, ao invés de serem cobradas taxas adicionais às famílias. A contratação e valorização dos professores devem seguir critérios objetivos e transparentes, com supervisão de um Conselho Geral, que inclua representantes da comunidade escolar e local.

Esta autonomia não pode ser confundida com abandono, devendo as escolas e os Municípios que assumem novas responsabilidades estar devidamente preparados, com formações adequadas e recursos suficientes.

As escolas devem garantir o cumprimento das aprendizagens essenciais e colaborar com o Ministério da Educação nas avaliações externas, assegurando que os resultados dos alunos melhoram e as desigualdades reduzem.

A descentralização do sistema educativo é essencial, garantindo uma redistribuição equilibrada dos poderes, devendo ser gradual, cuidadosa e acompanhada por uma estrutura administrativa e fiscal sólida, assegurando a equidade no acesso à educação.

As escolas devem ter verdadeira autonomia na gestão pedagógica, financeira e administrativa, sob a fiscalização do Ministério da Educação.

Os municípios devem ter um papel de apoio, especialmente na gestão do financiamento por aluno, que deve seguir regras definidas centralmente, garantindo uma distribuição justa dos recursos, e na manutenção das infraestruturas escolares, sendo essencial que disponham de recursos humanos e financeiros adequados, sem se tornarem os únicos responsáveis pelas decisões educativas.

Esta descentralização deve ainda abordar os mega-agrupamentos escolares, permitindo a sua divisão quando necessário, promovendo uma maior diversidade de projetos educativos e uma verdadeira liberdade de escolha para as famílias, garantindo que a autonomia escolar não seja apenas um conceito teórico, mas uma prática real que favoreça a inovação e a personalização do ensino, de acordo com as necessidades locais e os interesses dos alunos.

A liberdade de escolha no ensino público é um tema central. Embora as famílias possam, teoricamente, escolher a escola pública para os seus filhos, essa escolha é limitada pela disponibilidade de vagas e pelo critério do código postal, acabando por se tornar socioeconomicamente segregador, criando disparidades significativas entre escolas em termos de percentagem de alunos com Apoio Social Escolar (ASE), criando uma distribuição desigual de recursos e de oportunidades para os alunos.

O critério de atribuição de vagas deve ser alterado, procurando combater essa segregação, dando prioridade aos alunos com ASE até um determinado limite, seguindo depois os critérios habituais, como a presença de irmãos na escola e a morada.

A liberdade de escolha no sistema educativo deve incluir também os prestadores privados, sociais e cooperativos que devem seguir as mesmas regras de qualidade e de gestão de recursos humanos, garantindo que a liberdade de escolha não comprometa a equidade no acesso à educação e no financiamento público.

As creches devem ser integradas no sistema educativo, transferindo a tutela das creches do Ministério da Segurança Social para o Ministério da Educação, garantindo mais qualidade no serviço pedagógico oferecido e reconhecendo-as como uma parte fundamental do desenvolvimento educacional das crianças.

A universalidade do acesso às creches é uma prioridade, devendo o financiamento público ser estendido a entidades privadas, cooperativas e do setor social, promovendo uma maior diversidade e abrangência na oferta.

O ensino profissional, ainda visto com algum estigma como uma opção mais acessível para alunos com dificuldades de aprendizagem, deve ser reformulado, através da implementação de um sistema de formação dual, em que grande parte da aprendizagem ocorre em contexto laboral, fortalecendo a conexão prática com o mercado de trabalho e entre escolas e empresas, assegurando mais qualidade, adequação da formação e entrada no mercado de trabalho.

Adicionalmente, a criação de indicadores de empregabilidade por curso é essencial, permitindo avaliar as diferentes ofertas formativas.

Os exames nacionais revelam e expõem as desigualdades e problemas do sistema educativo. A avaliação deve ser encarada como um instrumento essencial para identificar falhas e promover correções e melhorias. Por isso, as provas de aferição dos 9.º e 12.º anos devem ser expandidas para os 4.º e 6.º anos de escolaridade, permitindo medir resultados, trazer uma visão clara do progresso dos alunos e ajudar na identificação de desigualdades que necessitam de intervenção e ajuste. A ausência de dados compromete toda a qualidade do sistema educativo.

É essencial voltar a lutar pela recuperação das aprendizagens perdidas durante os anos da pandemia, garantindo que nenhum aluno fique para trás. É necessário estabelecer um plano sério e estruturado que permita a recuperação das competências e aprendizagens perdidas neste período.

O atual cenário, de escassez de docentes e o aumento da idade média dos profissionais, torna urgente implementar reformas que sejam capazes de atrair, formar e reter professores qualificados, valorizando-os como elementos centrais do sucesso do nosso modelo educativo.

A avaliação dos professores, que deve ser assegurada por elementos da instituição de ensino e de entidades externas, deve ser mais abrangente e regular, considerando fatores como observação de aulas, formações contínuas, resultados dos alunos e conquistas académicas, através

de avaliações plurianuais, que proporcionem feedback contínuo e permitam decisões informadas sobre progressão na carreira.

A competitividade e atratividade da profissão deve ser uma prioridade, através de ajustes na formação inicial, estágios supervisionados, e uma maior seletividade nos cursos de Educação. Professores que completem mestrados ou doutoramentos devem ser valorizados com progressões automáticas em cada etapa, a revisão dos salários iniciais e progressões baseadas no mérito são essenciais para atrair jovens professores com elevado desempenho, bem como a redução de horários incompletos para aumentar a motivação e melhorar o desempenho do docente.

O sistema de contratação deve ser reformulado, devendo os concursos para quadros devem ser qualitativos, permitindo às escolas selecionar candidatos que melhor se alinhem com os seus projetos educativos, bem como as colocações serem realizadas através de contratações a termo certo realizadas antes do início do ano letivo, com base numa lista única, permitindo reduzir instabilidades.

PARA UM SISTEMA DE SAÚDE ADAPTADO AO SÉC. XXI

O Serviço Nacional de Saúde (SNS), é uma das traves-mestras da nossa democracia. Apesar de ter tido sucessivas reformulações nas revisões da Lei de Bases da Saúde, permitindo chegar a 2022 com indicadores de saúde ao nível dos melhores dos países membros da OCDE, este modelo de gestão de saúde está desatualizado, não acompanhou a transição epidemiológica, a alteração de estilos de vida, a gestão das expetativas dos utentes e fez aumentar as desigualdades na acessibilidade a um bem essencial num Estado de Direito Democrático.

Se analisarmos a percentagem do PIB que Portugal disponibiliza para a saúde, fixada em 10,1%, em 2020, e 10,6%, em 2022, ou se observarmos o gasto com saúde per capita, avaliado em 3308 USD per capita, em 2019, e em 4162 USD, em 2022, verificamos que, apesar da percentagem do PIB ser similar à distribuição por setor noutras países, o custo efetivo per capita torna explícita a ineficiência do sistema.

O financiamento “out-of-pocket” imputado a cada um dos portugueses estimado em 4,7% do total de financiamento para a sua saúde em 2019 e em 5,2% se nos reportarmos a 2021 é ainda mais grave. Comparando esta percentagem com a dos outros países da OCDE, Portugal destaca-se pelas piores razões, sendo apenas ultrapassado por países como China, Chile e Coreia.

Analizando a distribuição regional ou o nível socioeconómico, a desigualdade é evidente: as classes altas e médias-altas têm uma taxa de posse de seguros de saúde duas vezes superior à da classe baixa e média-baixa e a percentagem da população que detém seguro de saúde é de 43,5% na Grande Lisboa, muito acima do Interior Norte, com apenas 26,3%.

O sistema de saúde português terá de ser capaz de se adaptar aos desafios do século XXI, respondendo às necessidades da população, através de uma gestão criteriosa das suas expetativas, garantindo a segurança da prestação de cuidados, permitindo a equidade no acesso a estes serviços mediante escolha informada, promovendo a inovação e a atualização técnico-científica, sem abdicar da sustentabilidade financeira e de um efetivo planeamento dos recursos.

É necessário um sistema de saúde integrado, público, privado e social, à luz do estado de arte, que garanta elevados padrões de qualidade na prestação de serviços de saúde, um ambicioso nível de saúde da população portuguesa dentro dos próximos 10 anos, uma sustentabilidade financeira alicerçada no princípio da separação prestador-pagador, equidade no acesso, competitividade entre prestadores e a aposta no desenvolvimento técnico-científico.

Para tal, é necessário reorganizar a atividade assistencial, centrando-a no utente e promovendo a integração dos setores público, privado e social nos processos de decisão estratégica e clínica, promover uma maior agilidade nos processos de prestação de cuidados, através da partilha de dados entre prestadores, independentemente da sua natureza, mediante a vontade do utente, garantir os princípios da equidade e da inclusão no acesso aos cuidados de saúde, com respeito pelo direito a uma escolha livre e informada, pela heterogeneidade geográfica e demográfica, pela condição socioeconómica e especificidades da população, independentemente do caráter do prestador, incentivar estratégias de expansão da prestação de serviços de saúde não públicos, alicerçada na diversidade, qualidade e sustentabilidade e na promoção do crescimento económico, assegurar um nível elevado de serviços de saúde, através da definição de critérios de qualidade, objetivos e metas exequíveis e ajustadas às necessidades atuais, por via de mecanismos de auditoria e controlo realizados por entidades idóneas e competentes, como as ordens profissionais e as sociedades científicas e atualizar a política de Saúde Pública, ajustando-a à evolução epidemiológica e enfatizando a prevenção através da promoção de estilos de vida saudáveis.

A Medicina Geral e Familiar deve ser estabelecida como fulcro da prestação de cuidados de saúde, garantindo o cumprimento de objetivos no âmbito da prevenção primária e secundária, do diagnóstico e rastreio, do tratamento de primeira linha e da referenciação a cuidados especializados.

Apostar numa longevidade saudável, onde o reconhecimento pela experiência seja encarado como um designio. Mais importante do que garantir o aumento da esperança média de vida é assegurar que esses anos se vivem com qualidade e dignidade, definindo métricas, implementando metas e avaliando a dinâmica desta franja populacional.

É necessário difundir uma estratégia política de natalidade, em consonância com os desafios sociais e laborais do século XXI, onde a parentalidade não seja encarada como um obstáculo às ambições pessoais e profissionais.

Deve ser promovida uma eficaz literacia em saúde, através da criação de entidades com funções específicas nesse âmbito.

Fomentar o investimento na inovação e diferenciação técnico-científica, através de articulação estreita com Universidades e Centros de Investigação é essencial. O incentivo à multidisciplinaridade e à partilha de conhecimento, a definição de objetivos na formação pré e pós-graduada e a criação de condições económicas e fiscais que potenciem o investimento na inovação em saúde devem ser uma prioridade, refletindo-se na qualidade dos serviços prestados.

O papel primordial que o SNS desempenha para garantir um nível aceitável de saúde da população, as expectativas geradas em torno do estatuto que adquiriu e a dimensão que representa na economia da saúde em Portugal, levam a considerá-lo fundamental na equação de qualquer reestruturação. Admitir que, no presente, o seu contributo para o nível de saúde é semelhante a qualquer outro prestador privado ou social, é desperdiçar uma oportunidade de melhorar exponencialmente a qualidade de prestação de serviços em saúde, além de um erro de estratégia económica e social.

Assim, os modelos de gestão e assistencial do SNS devem ser reformulados, tornando-o competitivo, atualizado e capaz de responder às solicitações e expectativas que o futuro nos reserva, sem deixar ninguém para trás, baseado nas seguintes linhas estratégicas para o SNS nos próximos 10 anos:

O SNS deve ser adaptado às solicitações atuais, permitindo um nível de saúde com elevados padrões de qualidade, independentemente do nível socioeconómico, região do país ou idade, devendo ser promovido um planeamento estruturado do investimento em infraestruturas, tecnologia e recursos humanos.

Definir carreiras profissionais aliciantes e estruturadas é urgente, com métodos de avaliação de desempenho pautados por critérios de monitorização da qualidade em saúde, promovendo a consolidação do talento dentro do SNS. O investimento em soft-skills dos profissionais menos diferenciados e a valorização da experiência profissional

permitirão humanizar o serviço prestado no SNS e colmatar deficiências previsíveis a curto prazo.

Assegurar a sustentabilidade financeira é essencial, através de um modelo de financiamento misto, que englobe uma consignação da contribuição fiscal, mutualização do risco em larga escala, uma efetiva separação prestador-pagador e a definição de um pacote de benefícios, garantindo o caráter universalista do sistema e a proteção dos mais vulneráveis.

Fomentar uma verdadeira autonomia estratégica, financeira e de gestão, num modelo de governance mais descentralizado e menos complexo, que garanta a responsabilização dos gestores, dos profissionais de saúde e dos utentes e que promova uma prestação de cuidados adaptados às necessidades específicas da população em cada região, numa lógica de serviço de “proximidade”.

A centralização da gestão e a prestação de cuidados de saúde na ciência, preponderante na tomada de decisão, implementando processos mais atuais, que acompanhem a especialização técnica, numa lógica de eficiência, com foco no utente, permitindo otimizar resultados e rentabilizar recursos, apostar na diferenciação técnico-científica e na inovação em saúde, possibilitando ganhos de eficácia, motivação dos profissionais e instalação de um nível de excelência difusor de boas práticas.

A reconfiguração dos modelos de prestação de cuidados de saúde é essencial, mais descentralizados e capazes de assegurar um serviço de “proximidade”, de forma concertada, com o intuito de promover uma gestão de recursos equitativa e sustentável, reorganizando a prestação de serviços de saúde, tendo como fulcro os cuidados de saúde primários e como prioridade a adoção de estilos de vida saudáveis, a prevenção primária e secundária, a diferenciação técnico-científica no âmbito diagnóstico e terapêutico, sem descurar a reabilitação e a humanização da atividade assistencial, primordial em fases iniciais e terminais do ciclo de vida ou em franjas populacionais específicas, reorganizando as Unidades de Saúde familiar em estruturas integradas com outras entidades externas que possam ter influência na otimização dos cuidados prestados.



Tudo isto através de um modelo de financiamento do sistema de saúde português com caráter universalista e assente na proximidade, na equidade do acesso, na escolha livre e informada, na autonomia da gestão, na regulação/auditoria independente e na transparência da gestão financeira, como consta do esquema acima.

A angariação da receita, dividida em duas vertentes, financiamento público e contribuição individual ajustada à remuneração, permite garantir uma efetiva separação financiamento/risco, assegurar uma salutar concorrência entre prestadores e fomentar a articulação entre os vários stakeholders, com reflexo positivo na otimização da gestão de recursos e no outcome para o nível de saúde da população portuguesa.

Na primeira vertente, o estado financia políticas de saúde pública, a prestação de cuidados através da formalização de contratos-programa ou comprando/externalizando serviços.

Na segunda vertente, a prestação de cuidados de saúde seria financiada através da contribuição individual, ajustada à remuneração, mutualizando o risco em larga escala.

Este modelo pressupõe mecanismos de controlo de qualidade e auditoria permanente por parte de entidades reguladoras independentes e com forte penetração no sistema, designadamente as ordens profissionais, as sociedades científicas e outras organizações escolhidas por concurso internacional. Para além disto, é primordial a definição de um pacote

de benefícios para a população, como promotor de uma cultura de responsabilização por parte dos prestadores, contribuintes e utentes.

A saúde mental deve ser um desígnio para os próximos anos, enquanto tema central para o bem-estar de qualquer sociedade e um dos atuais desafios de saúde pública a nível global, com um impacto direto na qualidade de vida e na produtividade económica. O investimento na saúde mental é essencial para garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a sustentabilidade do sistema de saúde.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a saúde mental representa 13% da prevalência global de doenças e estima-se que em 2020 a depressão tenha sido a principal causa de incapacidade no mundo.

Em Portugal, as perturbações mentais afetam cerca de 20% da população, com a depressão e a ansiedade a apresentarem-se entre as condições mais prevalentes. Mais ainda, o relatório nacional sobre saúde mental de 2020 indicou que cerca de 1 em cada 10 pessoas em Portugal reportou ter sofrido pensamentos suicidas durante a sua vida.

A pandemia de COVID-19 teve também um impacto significativo, exacerbando os problemas de saúde mental, com um aumento considerável da prevalência de sintomas depressivos e ansiosos, especialmente entre jovens e pessoas em situações de vulnerabilidade económica.

Estes números evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e investimentos contínuos na área da saúde mental.

Em Portugal, o acesso a cuidados especializados continua a ser um desafio, com uma oferta insuficiente de serviços de saúde mental, longas listas de espera e a falta de profissionais especializados no SNS. Este quadro de escassez de recursos e sobrecarga do sistema tem vindo a agravar-se nos últimos anos, apelando a um esforço concertado de investimentos estratégicos para a melhoria do atendimento e a prevenção de doenças mentais, alinhados com as melhores práticas internacionais.

É imperativo melhorar o acesso a serviços de saúde mental, promovendo uma rede integrada de cuidados que vá além da intervenção clínica,

abrangendo também a promoção da saúde psicológica e a prevenção.

A promoção da saúde mental deve ser vista como um pilar fundamental para o desenvolvimento económico e social. O apoio psicológico precoce, a redução do estigma e o incentivo ao autocuidado são fundamentais para evitar a escalada de problemas de saúde mental, que, se não tratados de forma eficaz, podem resultar em consequências sociais e económicas significativas, como o aumento do absentismo laboral, a diminuição da produtividade e a exclusão social.

É essencial incentivar a colaboração público-privada, criando um ambiente propício à inovação e ao crescimento de soluções terapêuticas, tecnológicas e preventivas, devendo ao mesmo tempo garantir-se que as políticas públicas assegurem uma rede de apoio acessível a todos, sem deixar para trás as camadas mais vulneráveis da população.

O investimento estratégico em saúde mental reforça o compromisso com a liberdade individual, ao assegurar que cada cidadão tenha o direito e a capacidade de cuidar da sua saúde psicológica, de forma adequada e integrada no sistema de saúde geral, promovendo uma maior inclusão e coesão social.

A adaptação da política pública de saúde mental às necessidades da sociedade contemporânea exige uma visão integrada e adaptada às novas realidades, apenas conseguido com um compromisso estratégico e com a mobilização de recursos em todas estas vertentes, garantindo que a saúde mental seja tratada como uma prioridade na construção de uma sociedade mais justa, saudável e resiliente.

PARA UM DESPORTO QUE TRANSFORME A SOCIEDADE

O desporto desempenha um papel essencial na sociedade, transcendendo as fronteiras da atividade física e da indústria do entretenimento, frequentemente associada ao mundo do futebol profissional.

É uma ferramenta de inclusão social, capaz de unir comunidades, promover valores como o respeito, a disciplina e o trabalho em equipa, criar pontes entre diferentes culturas e realidades, e alertar a sociedade para diversos problemas.

Na saúde, o desporto é fundamental no combate a desafios crescentes como a obesidade, as doenças cardiovasculares e outros problemas associados ao sedentarismo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar geral.

Ao mesmo tempo, o desporto influencia políticas públicas, sendo cada vez mais integrado em estratégias globais para promover a saúde, a inclusão e a sustentabilidade.

Defendemos o desporto como um direito acessível a todos, independentemente da condição económica, idade ou localização, sendo essencial a produção de políticas que incentivem a maximização da utilização de infraestruturas desportivas locais e regionais, permitindo que todos os cidadãos participem em atividades desportivas nas suas comunidades.

Uma educação de qualidade é essencial para desenvolver hábitos saudáveis e incentivar a prática do desporto desde cedo, devendo o conteúdo da disciplina de educação física nas escolas ser modernizada, introduzindo práticas atualizadas, bem como aumentando o apoio à formação de treinadores e profissionais do desporto, para que possam responder de forma eficaz às necessidades de diferentes públicos.

A transparência e eficiência na gestão dos fundos destinados ao desporto é uma prioridade, através da realização de auditorias regulares e uma maior transparência na alocação de verbas públicas para o desporto, garantindo que os investimentos beneficiem diretamente a

prática desportiva e a melhoria das infraestruturas, evitando que sejam destinados a outras utilizações não relacionadas com o desporto.

As instituições de cariz social, como os clubes desportivos e as associações culturais, desempenham um papel essencial na coesão social, na promoção de talentos e no fortalecimento das comunidades locais, encontrando-se limitadas pelo excesso de burocracia e pelas exigências administrativas e legais, desproporcionais face aos seus recursos limitados e dependentes de trabalho voluntário.

A criação de um balcão único digital, que permita aos clubes e associações submeter toda a documentação necessária, de forma simplificada e centralizada, bem como a redução do número de relatórios e obrigações fiscais exigidas a associações sem fins lucrativos, permitirá diminuir as exigências e incentivar à contratação de profissionais.

Os clubes e as associações não profissionais têm um papel relevante na sociedade, devendo garantir-se que estas associações dedicam mais tempo e recursos às suas atividades principais, sendo essencial a simplificação e a garantia de apoio jurídico, a melhoria da formação dos dirigentes e a flexibilização das exigências legais, através da revisão da legislação aplicável, ajustando os requisitos à realidade destas organizações, e a criação de um estatuto especial para micro-associações que as isente de algumas obrigações fiscais e administrativas.

PARA MITIGAR O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

O mercado habitacional em Portugal tem enfrentado desafios significativos, caracterizados por um aumento da pressão sobre a procura, impulsionado pela redução das taxas de juros ao longo da última década e pelo aumento da imigração.

A oferta habitacional, no entanto, não tem acompanhado esta tendência, permanecendo insuficiente, com uma capacidade produtiva que se mantém limitada desde a crise do subprime, dificultando uma resposta adequada ao aumento da procura.

O Estado Português tem procurado compensar a sua ausência direta no mercado habitacional por meio de legislações que tem gerado significativas ineficiências, que têm dificultado o funcionamento normal do mercado e uma alocação eficiente do capital, colocando o setor numa posição mais vulnerável, restringindo a dinamização do mercado, especialmente o de arrendamento.

A legislação impõe aos proprietários a responsabilidade de cumprir uma função social que não deveria ser competência destes e penaliza de forma desproporcional quem opta por destinar os seus imóveis a fins alternativos, como o arrendamento de curta duração.

Um dos maiores obstáculos ao pleno desenvolvimento e à atração de capital, tanto nacional quanto estrangeiro, tem sido a falta de estabilidade e de previsibilidade fiscal no setor imobiliário.

A constante alteração de normas tributárias e a introdução de novos impostos, como o AIMI, criam um ambiente de incerteza que afeta diretamente os investidores, tornando difícil planejar retornos a longo prazo. O setor imobiliário, amplamente dominado por fundos de pensões, que têm responsabilidades de longo prazo e necessitam de ajustar as maturidades de investimento, necessitam precisamente desta previsibilidade. Esta falta tem tido como consequência a falta de competitividade portuguesa neste mercado.

Esta instabilidade fiscal encarece o custo do capital, exclui investidores-chave e limita a oferta de habitação, especialmente no arrendamento, contribuindo para a rigidez nos preços.

É essencial a criação de um regime fiscal estável e previsível, com um alargado consenso político, para que o setor imobiliário português possa competir na atração de capital, de forma a promover uma maior oferta de imóveis, tanto para comercialização quanto para arrendamento.

A imprevisibilidade nos prazos de licenciamento tem sido também um entrave ao investimento imobiliário para fins habitacionais. O desconhecimento por parte dos investidores, no início do processo, do prazo de licenciamento contribui para que o investidor exija uma rentabilidade superior para realizar o seu investimento, de forma a proteger o custo de oportunidade da aplicação de capital, derivado da maior incerteza, e de resguardo face às variações das condições de mercado no momento da comercialização dos imóveis.

Esta realidade impossibilita o desenvolvimento de modelos de negócio focados em vender mais casas com margens mais baixas e de forma mais rápida, assim contribuindo para a redução do preço médio dos imóveis por via do aumento da oferta.

Para tal, a progressiva unificação das diferentes plataformas municipais numa única plataforma de gestão de projetos em BIM (Building Information Modeling) que permita a submissão e monitorização dos projetos em tempo real é essencial.

É também necessária a criação de incentivos para uma maior celeridade nos licenciamentos, estabelecendo prazos máximos para a aprovação de projetos quer na arquitetura quer na especialidade e o estabelecimento de prazos de resposta automáticos com penalizações para atrasos.

No decurso dos processos de licenciamento, o contribuinte deve ter garantido, de forma vinculativa e irrevogável, o direito a receber informações detalhadas, claras e acessíveis, sobre o estado e os requisitos dos processos de licenciamento relacionados com os seus imóveis e com os imóveis em si, incluindo prazos, pendências, pareceres e critérios de decisão, sem que o cidadão dependa de interpretações ou intermediários. Este direito não pode ser limitado ou negado por nenhuma entidade, devendo as informações ser fornecidas em tempo

útil e com uma linguagem compreensível.

A criação da figura do gestor de projeto designados por cada município, responsáveis pela comunicação entre as diferentes partes, é também essencial.

O Novo Regime do Arrendamento Urbano e as suas sucessivas alterações é incerto quanto à duração do processo de despejo em caso de incumprimento, bem como ao estado em que o imóvel deverá ser restituído, levando a que os proprietários assumam funções de política social, reduzindo o número de habitações disponíveis e limitando a função económica do mercado habitacional.

Esta insegurança contribui para a redução da importância do mercado de arrendamento em Portugal, quase 10 pontos percentuais abaixo da média europeia de percentagem de casas arrendadas no mercado.

É essencial flexibilizar as condições de arrendamento, permitindo reduzir o prémio de risco associado e diminuir o valor do arrendamento, permitindo que os proprietários tenham mais confiança para colocar as casas no mercado e criar novos produtos, como seguros de rendas com prémios mais baixos e menos restrições.

Em relação à redução da carga fiscal sobre os imóveis, defendemos uma diminuição da tributação autónoma sobre as rendas para uma taxa entre 10% e 15%.

Por princípio, defendemos também uma redução da taxa de IVA de 23% para 6% no setor, bem como a possibilidade de dedução do IVA nas transações entre empresas. Além disso, defendemos, pelo menos nas transações primárias de imóveis e nas reabilitações, a abolição do IMT.

No entanto, no atual contexto de excesso de procura e relativa inelasticidade da oferta, grande parte da redução da receita fiscal decorrente destas medidas seria apropriada pelos promotores e empresas de construção, sem se refletir nos preços. Acreditamos que as medidas de política fiscal devem ser aplicadas com responsabilidade orçamental, e que sobretudo reduzir o IVA no cenário atual exigiria a compensação da perda líquida de receita com outros impostos. Assim, esta medida deve ser implementada num contexto de menor pressão sobre a oferta de imóveis.

A abolição do adicional sobre o IMI é urgente, dado que penaliza especialmente os proprietários sem acesso a instrumentos de optimização fiscal e os que possuem imóveis com baixa liquidez, é um imposto que incide sobre um ativo já tributado pelo IMI, abrangendo tanto portfólios com 100 imóveis para arrendamento a preço mais baixo como apenas 2 imóveis premium, e discrimina negativamente os contribuintes, em função da detenção de um portfólio acima de 1 milhão de euros.

É também essencial simplificar as normas de ofertas públicas para as Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária, dado que exigir deste tipo de veículo financeiro o mesmo que é exigido para qualquer outra empresa que deseje listar-se num mercado regulado reduz o seu potencial impacto e limita a captação de capital.

Simultaneamente, para expandir o financiamento coletivo, é essencial ajustar a legislação de crowdfunding, permitindo um maior envolvimento dos promotores nas plataformas e eliminando barreiras de dupla tributação, tanto na operação quanto na distribuição, o que permitiria dotar o mercado imobiliário português de maior liquidez.

Simplificar e facilitar a reabilitação de edifícios ajudaria a reduzir a pressão na procura por imóveis e a melhorar a eficiência energética do parque habitacional. Para tal, é necessário ponderar a isenção de controlo prévio na reabilitação de edifícios, transferindo essa responsabilidade para os técnicos, mediante termo de responsabilidade e acompanhamento municipal nos casos justificáveis, nas zonas de património mundial ou áreas protegidas.

O Estado deve ser capaz de maximizar a utilização dos seus imóveis, que são, no fim, património de todos os portugueses. A requalificação de edifícios públicos para fins habitacionais é relevante para uma melhor eficiência na utilização do património do Estado, permitindo trazer vida a imóveis inutilizados ou em condições de degradação, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade das cidades.

PARA REFORMAR O ESTADO

A Administração Pública em Portugal, apesar de ser um elemento crucial para promover um crescimento económico saudável, necessita de uma reforma urgente com o objetivo de reduzir o seu peso relativo face ao PIB.

Comparativamente a outros países da OCDE, Portugal gasta com funcionários, em percentagem do PIB, bastante acima da média, não só em comparação com países de dimensão e PIB per capita semelhante, como a Eslovénia, Lituânia e Bulgária, mas também com países com PIB per capita e tamanho próximo como a Holanda, onde, por exemplo, essa diferença é de 3 pontos percentuais (12% vs. 9%).

A maior divergência de despesa pública em relação aos nossos pares europeus está nas prestações sociais, onde as discrepâncias ultrapassam os 5 pontos percentuais quando comparadas com países semelhantes.

Na nossa visão, esta reforma deve focar-se numa melhoria significativa da eficiência, ajustando a despesa com salários na função pública e, sobretudo, numa contração relativa dos gastos em serviços públicos gerais, onde Portugal gasta significativamente mais do que a média da OCDE.

Uma Administração Pública eficiente, menos pesada, moderna e orientada para resultados é essencial para melhorar a competitividade do país, reduzir custos e burocracia e prestar melhores serviços aos cidadãos e empresas, mas sem impor limites rígidos e arbitrários à evolução da despesa pública.

Nas últimas décadas, e mesmo neste último Orçamento de Estado, foram feitas várias tentativas de reforma, mas os resultados ficaram aquém do desejado. É necessária uma abordagem mais ambiciosa e estrutural, que transforme o funcionamento do Estado.

Esta abordagem passa por adotar melhores práticas de gestão e dotar os serviços de flexibilidade para um ajuste mais célere à procura pelos cidadãos, garantindo que cada euro gasto tem um retorno positivo para os cidadãos e assegurando um melhor investimento em setores estratégicos como a saúde e a educação.

A redução da despesa pública em relação ao PIB entre 5 e 6 pontos percentuais tem de ser um dos nossos grandes imperativos, assegurando a criação de espaço para medidas de estímulo fiscal que promovam o crescimento e o desenvolvimento do país. É necessária uma estratégia clara, baseada no aumento do PIB, na melhoria da eficiência do Estado e na reavaliação da orçamentação e execução das diferentes componentes da despesa pública.

Embora não exista capital humano suficiente para elaborar um orçamento de base zero em todas as áreas da Administração Pública, é essencial quebrar o ciclo de orçamentação puramente incremental, principalmente com o investimento realizado em digitalização e transformação digital. Assim, é urgente iniciar uma implementação faseada de uma revisão profunda do orçamento de cada estrutura, reformando os departamentos, funções e processos, verificando a sua adequação, simplificá-los para que se tornem mais eficientes e ágeis, melhorando a prestação de serviços ao cidadão, reduzindo o número de interações e o tempo necessário para obter a informação desejada.

Com a implementação progressiva do orçamento de base zero por categoria e departamento, alcançar-se-á idealmente a implementação do princípio “once only” na interação com cidadãos e empresas, mas também numa importante fonte de poupança de recursos.

A racionalização e simplificação devem ser o foco para a redução do número de organismos públicos, eliminação de redundâncias e sobreposições, partilha de recursos entre diferentes áreas da Administração Pública, simplificando procedimentos administrativos e reduzindo custos de contexto.

É essencial acelerar e intensificar a digitalização e modernização tecnológica na Administração Pública, automatizando processos e reduzindo a burocracia, implementando sistemas que minimizem o tempo e o esforço para o contribuinte nas suas interações com o Estado.

A Iniciativa Liberal deve ver na Inteligência Artificial um potencial enorme para auxiliar o Estado a melhorar a gestão do dinheiro público, tornando as decisões mais informadas, eficazes, ajudando a identificar áreas de maior impacto e a alocar recursos de forma mais eficiente. Estas ferramentas podem criar modelos preditivos que simulam o impacto de políticas económicas, como incentivos fiscais, reformas do mercado

de trabalho ou investimentos em infraestruturas, permitindo também monitorizar a eficiência e o desempenho das diferentes medidas executadas, assim como transformar informação complexa em dados mais simples, possibilitando à população uma melhor compreensão da estratégia, das medidas e dos seus impactos.

O mérito, a competência e a capacidade de trabalho devem ser os pilares para o crescimento e desenvolvimento profissional também na Função Pública, implementando sistemas de gestão baseadas em objetivos, bem como no reforço dos mecanismos de avaliação de desempenho, ligando-os a incentivos e progressão na carreira, promovendo uma cultura de responsabilização e prestação de contas.

A implementação de métodos de gestão por objetivos, a avaliação de desempenho no contexto da função pública, bem como aproximar o regime de emprego público ao do setor privado e facilitar a mobilidade de funcionários entre serviços e áreas funcionais são essenciais, aumentando a flexibilidade e alterando o foco da proteção do emprego para a proteção do trabalhador. Estas mudanças, combinadas com a digitalização e a inteligência artificial, conduzirão a um serviço público de excelência que os portugueses tanto merecem.

Uma função pública eficiente e com capacidade de resposta depende de pessoas competentes e qualificadas. Temos de apostar na formação contínua e na requalificação dos funcionários públicos, alinhando as regras salariais com o setor privado e atrair novos talentos para a administração pública, tornando-a mais competitiva, promovendo uma cultura de inovação, de melhoria e de excelência.

No que a apoios sociais concerne, o atual modelo de subsídio de desemprego incentiva a manutenção do trabalhador em situação de desemprego, em vez de promover o seu regresso ao mercado de trabalho, mesmo em contextos de falta de mão de obra, devendo, além da reforma do mercado de trabalho, ser reduzidos os prazos de atribuição do subsídio de desemprego para 6 meses. Se o trabalhador desempregado não receber uma proposta de emprego até ao final desse período ou se a proposta for por um valor inferior ao subsídio, o apoio deve ser feito através de outro veículo, como a transição para o regime de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Embora tenha sido concebido para combater a pobreza e promover a autonomia dos beneficiários, a verdade é que o modelo atual do RSI, apesar de fundamental para proteger as famílias mais vulneráveis, apresenta falhas significativas que comprometem a sua eficácia e justiça social.

A dependência prolongada de muitos beneficiários em relação ao RSI, visto como um rendimento substitutivo do trabalho, demonstra que o atual sistema não incentiva a transição para o mercado de trabalho, perpetuando situações de injustiça social, sendo essencial reformular o RSI, para que se torne uma ferramenta efetiva de inserção social e não um mero mecanismo de distribuição de dinheiro público, garantindo igualmente uma fiscalização mais rigorosa para evitar fraudes, desvios e abusos.

O Estado não deve estar presente nos setores da economia em que não existe falha de mercado e os privados são capazes de dar resposta à procura, devendo o setor empresarial do Estado ser reduzido às atividades onde os privados não conseguem suprir as necessidades e, sempre que possível, em coordenação com o setor social. Não existe justificação para o Estado deter companhias de aviação ou empresas de transporte ferroviário.

A gestão na Administração Pública deve centrar-se no output e na melhoria da relação do contribuinte e do cidadão com a Administração Pública, em vez de se basear apenas no custo dos inputs como métrica de avaliação. Devemos ser intransigentes na promoção da eficiência, na transparência das métricas e do seu (in)cumprimento, bem como na publicação dos resultados alcançados e na explicação da estratégia subjacente às métricas escolhidas. Só assim podemos garantir uma utilização mais responsável e eficaz dos recursos públicos.

PARA UMA IMIGRAÇÃO DIGNA

A Iniciativa Liberal reconhece que a entrada de imigrantes em Portugal é indispensável para colmatar a falta de recursos humanos, motivados pela baixa natalidade portuguesa, associada à elevada emigração jovem e ao envelhecimento da população ativa.

Os imigrantes têm assegurado a subsistência do Sistema de Segurança Social no curto prazo, mesmo com as suas debilidades profundas, com as suas contribuições para a Segurança Social, ainda que exista incerteza quanto ao impacto global no longo prazo.

Portugal dispõe de livre circulação de pessoas no espaço europeu, enquanto membro da União Europeia, mas o fluxo tem sido negativo com a perda substancial de jovens portugueses à procura de melhores condições de vida em outros países, o que tem agravado a necessidade de mão-de-obra.

Para equilibrar a mão-de-obra e o consumo interno na economia portuguesa, um estudo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, de setembro de 2024, estima que tenham de entrar em Portugal mais de 130 mil imigrantes por ano.

Apesar da necessidade de imigrantes, o Estado Português tem sido incapaz de resolver os problemas de integração administrativa, social e cultural de imigrantes. A extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a criação da Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA), não resolveu qualquer problema, agravando a acumulação de centenas de milhares de imigrantes nas filas da AIMA à espera de regularizar a sua situação em Portugal. A extinção do procedimento de Manifestação de Interesse também não veio resolver este problema de fundo.

O atual sistema de imigração português engloba uma burocracia excessiva na obtenção de autorizações de residência, trabalho e vistos, e a renovação destes documentos é morosa e complexa. A AIMA, que gere atualmente a imigração, tem observado longos tempos de espera, atrasos e dificuldades no agendamento de atendimentos, que geram incertezas e dificultam a atração de talento estrangeiro.

A criação da AIMA trouxe consigo uma sobreposição de competências entre as diversas entidades responsáveis, que impedem as entidades competentes de regular e fiscalizar devidamente as entradas no país nas fronteiras portuguesas, sendo urgente a sua reformulação, com um sistema claro, em que sejam revistas as competências das entidades responsáveis, permitindo uma maior colaboração entre estas e uma gestão mais eficiente do fenómeno da imigração.

Esta reformulação deve ainda simplificar e acelerar os procedimentos administrativos para concessão de vistos e autorizações de residência, através da digitalização de processos, da redução de etapas burocráticas e a automatização e descentralização de alguns processos administrativos, permitindo que mais serviços possam ser feitos online ou em centros locais aliviando o sistema, reduzindo o tempo de espera e facilitarão o acompanhamento de pedidos e o acesso ao sistema para trabalhadores estrangeiros, investidores e estudantes.

A Iniciativa Liberal não aceita um país de portas fechadas, mas também não aceita um país de portas escancaradas, sem regulação e fiscalização das entradas no país, que impede que os imigrantes venham para Portugal em busca de uma vida digna e dificulta a sua integração efetiva na sociedade e cultura portuguesas.

As dificuldades de integração, especialmente em termos de acesso a serviços sociais, saúde, educação e a barreira linguística, são uma realidade, devendo reforçar-se os programas de integração, incluindo cursos de línguas portuguesa mais acessíveis e flexíveis que facilitem a integração no mercado de trabalho e iniciativas que promovam a interação entre imigrantes e a população local, reforçar a sensibilização e formação dos profissionais dos serviços públicos, atendendo às necessidades dos imigrantes, e criar programas específicos para facilitar a integração de imigrantes no sistema de saúde e na educação, garantindo que possam aceder a serviços essenciais sem barreiras linguísticas ou culturais.

É essencial implementar uma estratégia prévia à chegada dos imigrantes a Portugal, maximizando o seu contributo para a sociedade portuguesa, melhorar a capacidade administrativa de triagem, acolhimento e integração de imigrantes na sua chegada e apostar em políticas de coordenação dos fluxos migratórios, com valorização e promoção internacional de Portugal enquanto destino migratório, para

captação e fixação de migrantes.

No mercado de trabalho, é essencial uma maior inclusão, facilitando o reconhecimento de qualificações e competências adquiridas no estrangeiro, especialmente em áreas com falta de profissionais, criar programas que conectem imigrantes com empregadores locais e incentivem as empresas a contratar trabalhadores estrangeiros qualificados, reduzindo a discriminação no mercado de trabalho e a exploração laboral, bem como as condições precárias a que muitas vezes se encontram sujeitos.

É essencial reforçar as políticas antidiscriminação, garantindo que os imigrantes tenham igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e acesso equitativo a serviços públicos, reforçar a fiscalização do cumprimento das leis laborais e aumentar as penalizações para empregadores que exploram trabalhadores imigrantes, garantindo que os imigrantes estejam cientes dos seus direitos laborais e tenham acesso a canais eficazes de denúncia de abusos sem medo de represálias.

A entrada em Portugal deve estar dependente da prova de meios de subsistência, assegurados pelo imigrante ou pela entidade empregadora, garantindo-se a dignidade na entrada em Portugal, devendo o imigrante fazer prova da existência de um contrato de trabalho, promessa de contrato de trabalho ou de um visto de procura de trabalho.

A segurança e a proteção social são fundamentais para o bem-estar de todos os cidadãos e residentes, sendo essencial a obrigatoriedade da apresentação de um registo criminal para todos os imigrantes que desejem residir e trabalhar em Portugal, bem como para aquisição de residência permanente e posteriormente para a nacionalidade portuguesa, enquanto mecanismo preventivo que garanta que aqueles que escolhem Portugal como a sua nova casa se comprometem com os princípios legais e éticos da sociedade portuguesa, respeitando as leis e normas sociais, promovendo uma convivência segura e harmoniosa.

Para um imigrante fora da União Europeia, estas dificuldades acentuam-se significativamente, levando a um aumento de residentes ilegais e ao cada vez maior poder das redes de imigração ilegal, que exploram migrantes, cientes da incapacidade do Estado em tratar o problema.

As empresas que desejam contratar imigrantes fora da UE devem provar que não há candidatos adequados entre os cidadãos portugueses ou nacionais de Estados membro da UE, o que pode criar dificuldades para preencher vagas em setores com escassez de mão-de-obra.

De igual modo, um sistema de imigração em quotas para trabalhadores de fora do Espaço Económico Europeu pode dificultar a entrada de talentos de países terceiros, mesmo em áreas onde há escassez de mão-de-obra.

É essencial introduzir uma maior flexibilidade na contratação de trabalhadores de fora da UE, especialmente em setores económicos que enfrentam uma carência de profissionais qualificados, como tecnologia, saúde e engenharia, promovendo incentivos adicionais para atrair trabalhadores qualificados, como benefícios fiscais, apoio à relocalização e maior flexibilidade no processo de imigração para profissionais de setores com alta procura.

O processo de integração para refugiados e requerentes de asilo tem sido complexo e enfrenta desafios, no que respeita ao acesso ao emprego, habitação e integração cultural. A inserção no mercado de trabalho é particularmente difícil para refugiados, devido à barreira linguística, à falta de reconhecimento de qualificações estrangeiras e à discriminação, sendo essencial melhorar os programas de integração para refugiados, garantindo que tenham acesso a formação linguística, reconhecimento de qualificações e apoio na procura por emprego.

Para os refugiados que recebem asilo, proporcionar um maior apoio na integração social e económica, com programas de orientação, apoio psicológico e formação profissional, especialmente para os que chegam em situação de vulnerabilidade extrema, e desenvolver iniciativas que facilitem a integração social e comunitária auxiliaria na transição para a vida em Portugal.

PARA UM MAIOR INCENTIVO À NATALIDADE

Portugal tem uma baixa natalidade, com apenas 1,28 filhos por mulher. Aliado ao elevado envelhecimento demográfico da população portuguesa e à elevada emigração jovem, a apostar em políticas públicas de incentivo à natalidade é essencial, garantindo uma renovação geracional sustentável e assegurando o equilíbrio social e económico do país no longo prazo.

É essencial criar condições que facilitem e encorajem as famílias a terem filhos e aumentarem a sua família, reduzindo os obstáculos financeiros, sociais e culturais associados à parentalidade e promovendo campanhas públicas sobre parentalidade, apoiando os projetos de vida das famílias.

A garantia da igualdade efetiva dos direitos parentais entre ambos os pais é essencial, permitindo um equilíbrio das responsabilidades parentais e incentivando a participação ativa de ambos os progenitores na vida dos seus filhos.

A conciliação entre a vida profissional e familiar deve ser uma prioridade, implementando políticas que permitam aos pais equilibrar as suas responsabilidades laborais e familiares, através do estabelecimento de horários flexíveis e incentivos ao trabalho em tempo parcial, considerando igualmente a diminuição do horário laboral para a amamentação.

As licenças parentais devem ser prolongadas, permitindo aos pais acompanharem devidamente os seus filhos, sem serem prejudicados na sua atividade profissional.

PARA UMA SEGURANÇA NACIONAL ROBUSTA

A Segurança Interna é uma das maiores rubricas orçamentais de muitos países. Tendo em consideração as dinâmicas e as novas ameaças a que a Europa e o mundo Ocidental estão expostos, este tema reveste-se de extrema relevância.

Sem Segurança, não há Justiça e sem Justiça, não existe bem-estar social.

A Reestruturação do Sistema de Segurança Interna, tornando as Forças de Segurança mais eficazes e responsivas, promovendo a descentralização e uma coordenação mais eficaz entre os órgãos, é essencial, permitindo que as forças de segurança locais assegurem uma resposta mais eficaz a emergências e uma adequação da estratégia às especificidades locais, dependendo das necessidades, assegurando que quando necessário os tempos até à intervenção são reduzidos.

Acrescente desvalorização das condições dos profissionais das diferentes forças de segurança, aliada a disparidades no tratamento entre as mesmas, sublinha a urgência de uma verdadeira valorização destas carreiras, restabelecendo níveis de remuneração justos, ajustados ao risco e à responsabilidade inerentes a estas funções, com sistemas de progressão baseados no mérito, na competência e no desenvolvimento académico, devolvendo dignidade às forças de segurança.

Deve ser estabelecida uma aposta clara na modernização da Infraestrutura Tecnológica, considerando a maior limitação de meios humanos e a necessidade de maximizar a eficiência dos mesmos, através da implementação sistemas de análise baseados em inteligência artificial que permitam identificar padrões de criminalidade e pela integração de todas as bases de dados de segurança, assegurando um acesso rápido e seguro pelas diferentes forças.

A Cibersegurança é um problema do presente, em que temos e devemos fazer mais, ampliando a Agência Nacional de Cibersegurança e reforçando a presença da European Union Agency for Cybersecurity (ENISA) em Portugal, garantindo uma equipa permanente dedicada ao mapeamento e mitigação de ataques cibernéticos.

O aumento da literacia em cibersegurança é essencial, através da inclusão no currículo escolar de formações sobre segurança digital e privacidade de dados.

As parcerias público-privadas para o desenvolvimento da rede nacional de defesa cibernética devem ser uma aposta, com foco no apoio a startups e incubadoras nas áreas da defesa e na proteção de infraestruturas críticas.

A Prevenção e Integração Social como pilar fundamental para a redução da criminalidade, através do reforço de Programas de Educação e Formação e da ampliação dos programas nacionais de “escola segura” e da aposta em formações técnicas a jovens em risco de exclusão social, é também fundamental.

O incentivo à auto responsabilidade dos cidadãos será um suporte para a promoção de uma participação ativa da sociedade na construção de uma melhor segurança, através da realização de campanhas de sensibilização nacional e da utilização dos meios de comunicação para sensibilizar os cidadãos sobre a prevenção de crimes comuns.

A proteção das liberdades individuais sem comprometer a Segurança Pública é uma prioridade, através da luta intransigente pela garantia das liberdades fundamentais, garantindo que todos os sistemas de videovigilância e monitorização respeitam a privacidade, através de auditorias regulares por entidades independentes e da limitação da retenção de dados pessoais pelas forças de segurança apenas ao estritamente necessário, na duração e no seu conteúdo.

PARA UMAS FORÇAS ARMADAS COM DIGNIDADE

Os últimos anos foram marcados pelo fim do “dividendo da Paz” na Europa, passámos a viver num ambiente muito mais complexo, onde, mesmo dentro da União Europeia, existe uma assimetria no investimento e no esforço militar.

Países como a Suécia, que sempre mantiveram uma certa neutralidade, decidiram aderir à NATO e temos uma guerra às portas da União Europeia. Vivemos num mundo mais complexo, mais dinâmico, com novos atores e uma diferente distribuição do poder militar, em que as relações de poder económico no mundo se têm vindo a alterar, com o aumento do poder do eixo Ásia-Pacífico.

A segurança e a defesa são dois pilares essenciais de um Estado de Direito soberano e as suas dimensões foram ampliadas para novas áreas, como o ciberespaço, associado à maior proliferação de armas que combinam a última tecnologia com um potencial de destruição sem precedentes, levando a novas ameaças e riscos.

No caso de Portugal, com uma vasta Zona Económica Exclusiva, deve possuir capacidades suficientes para vigiar e proteger eficientemente essa Zona, perante uma ameaça de violação desse espaço.

As Forças Armadas em Portugal, enquanto pilar fundamental de garantia da segurança, do desenvolvimento e da paz, enfrentam uma crescente degradação da instituição militar e da condição dos militares.

Esta desvalorização crescente das condições dos profissionais das Forças Armadas, em diferentes categorias de referência na função pública, levam a um sentido de urgência da valorização das carreiras, restabelecendo a dignidade dos profissionais das Forças Armadas e garantindo uma maior atratividade das carreiras, alinhando o sistema remuneratório com a paridade do poder de compra com outros países da UE.

A implementação do acordado na Cimeira de Gales de 2014, de alojar 2% do PIB à despesa em defesa até 2024, corresponde a um compromisso com um aumento significativo no investimento na indústria de defesa,

no âmbito da participação de Portugal na NATO.

É importante implementar uma estratégia que, dentro das parcerias estratégicas com outros países da UE e da NATO, permita a Portugal desenvolver uma indústria militar, modernizando ao mesmo tempo as Forças Armadas, gerando transferência de tecnologia para outras indústrias nacionais e crescimento do PIB através de efeito spillover para a restante economia.

A estrutura de custos alocada às Forças Armadas é bastante disfuncional, com 80% da despesa destinada a gastos com pessoal, impossibilitando o investimento na modernização e reforma das Forças Armadas, devendo existir uma alteração da alocação do orçamento das Forças Armadas, seguindo a sugestão da SEDES: 50% para gastos com pessoal, 30% para operação e 20% para investimento, através do aumento da dotação tecnológica e da utilização de Inteligência Artificial.

As Forças Armadas cumprem importantes missões estratégicas no apoio à política de defesa e paz, sendo também um instrumento de política externa, sendo essencial numa cooperação estratégico-militar bi-multilateral, especialmente em África, onde as missões são concentradas.

Adicionalmente, no âmbito das missões da NATO, é importante que as empresas portuguesas integrem ativamente a reconstrução dos países onde estas missões ocorrem, funcionando como uma âncora onde a diplomacia económica possa desempenhar a sua função de facilitar o acesso de empresas portuguesas a esses mercados.

PARA UMA POSIÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDO

Os últimos anos têm sido marcados por um contexto mundial mais dinâmico, inseguro e imprevisível.

A nível geopolítico, assistimos a uma bipolarização cada vez mais perceptível entre dois grandes blocos: um liderado pelos EUA e outro representado pela China, que desafia o poderio económico e a influência global dos EUA.

Esta bipolarização conduziu a um retrocesso nos processos de globalização, caracterizado por um movimento de transferência industrial dos EUA e da Europa para a Ásia, particularmente para a China, que visa realizar o “decoupling” e o “reshoring” (“nearshoring”) das cadeias de valor, de forma a reduzir a dependência de um único centro de produção.

Paralelamente, vivemos uma guerra aberta nas portas da União Europeia, com a invasão da Rússia ao leste da Ucrânia, com um impacto significativo dentro da União Europeia, levando à consciência do fim do “dividendo da paz” e à necessidade de reequacionar os esforços de defesa conjuntos europeus.

Adicionalmente, a invasão da Ucrânia, em que a Rússia era um fornecedor estratégico de energia para alguns países, levou à procura de fornecedores alternativos, originando esforços financeiros assimétricos, que foram mais fortes em países do Leste com maior dependência, como a Hungria e a Eslováquia, gerando cada vez mais conflitos no seio da UE e dos seus órgãos, em especial no Conselho Europeu, aliado ao interesse estratégico por parte de outras potências na desintegração do projeto europeu.

No contexto das nossas relações dentro da OTAN, os membros signatários começam a sentir pressões por parte dos EUA, o maior contribuinte, no sentido de assumirem o objetivo acordado na cimeira de Gales de 2014, de consagrar 2% do PIB à despesa em defesa até 2024. É importante Portugal participar do esforço de uma estratégia que atribua competitividade à indústria de defesa europeia.

Portugal, no contexto fora da UE, mantém um regime de acesso privilegiado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente com os países africanos de língua portuguesa. Esta colaboração, muitas vezes subexplorada, ora por falta de estratégia, ora por falta de recursos, apresenta um potencial significativo para o reforço das relações internacionais portuguesas.

A promoção da democracia liberal e dos direitos humanos deve ser uma prioridade central da política externa portuguesa, apoiando movimentos democráticos, condenando e traçando linhas vermelhas para países recorrentes na violação de direitos humanos e promovendo a boa governação, através da cooperação com organizações internacionais e não-governamentais representativas da sociedade local.

O livre comércio é um motor essencial para o crescimento económico e a prosperidade, sendo essencial criar condições para uma maior integração dentro da União Europeia e um maior alinhamento da política externa portuguesa com a da União Europeia em matérias de influência externa junto de outros países fora da UE. Portugal pode influenciar decisivamente a igualdade no acesso ao mercado europeu dos PALOPs, onde detém alguma vantagem competitiva face a outros países europeus, em modelos similares ao regime dos países africanos de língua francesa.

A defesa de um comércio mais livre passa também pela monitorização do investimento direto estrangeiro, garantindo um campo de jogo nivelado (“level playing field”), pela gestão da imigração e pelo combate ao envelhecimento da população, reduzindo as tensões sociais internas e intergeracionais. Além disso, a política de segurança nacional deve garantir a soberania e independência da Europa e dos seus Estados membros.

O reforço do mercado único é essencial, promovendo a defesa do projeto europeu, o que implica a redução de dependências estratégicas e o aumento da resiliência em áreas sensíveis como a saúde, a defesa, a transição digital e a redução da dependência em recursos naturais e energia, unindo esforços não só para fortalecer estas áreas como também para implementar políticas europeias destinadas à melhoria da competitividade global.

Políticas europeias que visem a redução da lacuna tecnológica em relação aos Estados Unidos, especialmente em tecnologias avançadas como deeptech, inteligência artificial e computação quântica, devem ser apoiadas, bem como um mercado único de capitais que permita maior liquidez e acesso a um mercado de capitais mais profundo e robusto para as empresas europeias.

Além disso, a implementação de eurobonds para que o Euro possa competir com o dólar americano nas emissões de obrigações de tesouro como ativo de referência, é essencial, permitindo reduzir o custo da dívida, permitindo um endividamento mais barato às empresas dos diferentes Estados-Membros, o acesso a este mecanismo de mutualização de dívida soberana dos estados do Euro deve estar disponível apenas para aqueles com um rácio de dívida sobre o PIB que não comprometa o serviço da dívida (abaixo de um intervalo entre 80% - 90%), incentivando os países a manterem um maior rigor no equilíbrio macroeconómico e uma disciplina nas políticas orçamentais.

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) é essencial, representando o maior envelope de transferências da UE, frequentemente criticada por ser ineficiente, não prover sustentabilidade nas práticas agrícolas e beneficiar sobretudo os grandes agricultores. O acordo de 2021 representou uma grande oportunidade aparentemente falhada para reformar a PAC e torná-la mais eficiente e sustentável.

A cooperação multilateral é fundamental para incentivar as trocas internacionais, que conduziram ao crescimento das diferentes economias espalhadas pelo mundo, e para resolver problemas globais complexos, como o combate à poluição e a redução do consumo de combustíveis fosséis, crises humanitárias, terrorismo, cibercrime, entre outros.

Portugal deve abraçar e garantir a execução do acordo UE-Mercosul, que finalmente parece avançar, e assumir uma posição de contraparte natural na negociação, em especial devido à importância do Brasil dentro dos países da América do Sul. Em relação à China e aos EUA, Portugal e a UE devem adotar uma posição de autonomia estratégica, mantendo a economia aberta. Apoiar o desenvolvimento de políticas de proximidade para incentivar relações comerciais com países do Mediterrâneo e desenvolver a rede diplomática com base nos acordos comerciais da UE, potencializando o aumento das exportações líquidas.

Portugal deve assumir um papel mais ativo na promoção de uma integração económica mais profunda com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A CPLP oferece um enorme potencial para alavancar as relações comerciais e de investimento entre Portugal e esses países, aproveitando laços históricos, culturais e linguísticos, que se constituem como uma vantagem competitiva única. Este reforço pode incluir a facilitação de acesso ao mercado europeu para os PALOP, com condições similares às oferecidas aos países africanos de língua francesa, e o apoio à capacitação económica, tecnológica e humana dessas nações.

A política externa deve integrar princípios de desenvolvimento sustentável, promovendo o desenvolvimento económico e social equilibrado, a proteção ambiental e a adaptação às mudanças climáticas. Portugal deve defender dentro da política de “Green Deal” europeia a garantia de fixação de objetivos realistas e exequíveis, sem comprometer a competitividade europeia, e focada em mitigar o impacto do “free riding” global (a vantagem de custo de produção daquelas empresas que produzem em países que não incorporam custos ambientais nos seus produtos), visando assegurar que ninguém é deixado para trás, evitando impactos negativos na qualidade de vida dos Europeus e tensões sociais.

Não há competitividade económica sem energia a preços competitivos e a Europa deve investir em trazer a política energética como vetor de competitividade da região e não o contrário, em especial face aos EUA e à China.

O desenvolvimento sustentável, para além da vertente ecológica, passa também e sobretudo pela coesão territorial, pela redução do diferencial de rendimentos entre os países e também dentro das regiões dos diferentes países, devendo investir-se na vertente da sustentabilidade do crescimento e do desenvolvimento como um todo no seio da União Europeia. O verdadeiro desígnio europeu deve ser um crescimento mais acelerado que os EUA e a China, em harmonia com a natural heterogeneidade das diferentes regiões europeias.

PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA DIÁSPORA PORTUGUESA

Segundo dados do Observatório da Emigração, foram mais de 2 milhões os portugueses que emigraram à procura de melhores condições de vida para si e para os seus. O principal destino são os países da União Europeia, o que contribui de forma natural para a nossa integração neste espaço político e económico e reforça o nosso compromisso com uma União Europeia forte e capaz, tanto no plano económico como no plano da defesa.

Dada a dimensão, heterogeneidade e notável capacidade de integração nos países de acolhimento, a diáspora portuguesa é um importante ativo de capital humano que o Estado português deve valorizar, através de três vetores: os serviços consulares, a promoção do associativismo e a representatividade dos emigrantes.

É necessário reformular o acesso à rede consular e melhorar a digitalização dos serviços oferecidos, bem como capacitar a Administração Pública para que seja mais eficiente e trabalhe conjuntamente com as suas congéneres europeias, garantindo a valorização de uma parte significativa da população portuguesa que não reside em Portugal.

As associações que a diáspora cria e mantém promovem Portugal de forma muito natural e são o seu primeiro cartão de visita, devendo o Estado português promover o associativismo na diáspora, sem recorrer à subsidiodependência, mas facilitando o networking entre diferentes associações e incentivando a participação dos emigrantes nos eventos que estas organizam. As boas práticas seguidas por alguns consulados devem ser replicadas por toda a rede consular. As embaixadas podem ser um importante hub para a vida da comunidade portuguesa no estrangeiro.

Dada a dimensão da diáspora, é necessário assegurar a representatividade dos emigrantes nos órgãos nacionais. O número de deputados eleitos pela diáspora é proporcionalmente muito baixo, mas a alteração dos círculos eleitorais é um processo bastante complexo, podendo esta

representatividade ser assegurada por via de uma uniformização dos processos eleitorais, garantindo que todos os eleitores são tratados com igualdade e se sintam motivados a participar, através da criação de um círculo de compensação nacional, que evitaria o desperdício de votos nos círculos eleitorais da diáspora, e através da valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas, atualmente subvalorizado, mas com um enorme potencial para agregar toda a diáspora e complementar a rede consular.



PARA UMA MAIOR COMPETITIVIDADE ENERGÉTICA

Portugal apresenta uma elevada dependência energética, incluindo energia elétrica, energia térmica e combustíveis fósseis, representando, estes últimos, a maior percentagem, com cerca de 70% do consumo total, o que torna o país altamente dependente de fatores exógenos que não consegue controlar.

O Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) 2021-2030 está centrado na redução de emissões de CO₂, mas não se configura como um verdadeiro Plano Energético Nacional (PEN), carecendo de uma estratégia clara que contemple a competitividade nacional.

Dada a sua posição geográfica, Portugal tem um enorme potencial para impulsionar as energias renováveis em diversas tecnologias, como solar fotovoltaica, solar térmica, geotérmica, energia das marés, biomassa ou hídrica. Esse investimento, além de contribuir para a redução de emissões de CO₂, diminuiria a dependência de sistemas externos de fornecimento, crucial para o desenvolvimento sustentável do país e para garantir a segurança no abastecimento energético.

Fruto dos investimentos realizados nas duas últimas décadas em energias renováveis para a produção de energia elétrica (fotovoltaica, eólica, barragens ou biomassa), Portugal possui atualmente uma capacidade instalada superior a 22.500 MWh. Apesar de representar mais do dobro do consumo elétrico médio nacional, que atualmente ronda os 10.000 MWh, esta capacidade será insuficiente para atender às necessidades futuras, especialmente considerando a eletrificação de vários consumos que, até agora, dependem de combustíveis fósseis, como é o caso da mobilidade, com a crescente adoção de veículos elétricos, e a geração de calor, através de bombas de calor, tanto em aplicações residenciais quanto em determinados setores industriais.

É importante, tendo em conta todo o contexto Europeu e Norte Americano, promover o aumento da produção de energia elétrica de origem renovável, como solar e eólica, desenvolver, digitalizar e incorporar progressivamente Inteligência Artificial na gestão das infraestruturas de transporte e distribuição de eletricidade, investir na instalação de sistemas de armazenamento de energia em larga escala, sempre que

possível promovendo o desenvolvimento e a produção local de baterias, permitindo gerar emprego, criar valor e fortalecer a resiliência de um setor crítico para o futuro do país.

A competitividade da nossa economia depende, em grande parte, do custo da energia, seja elétrica, térmica ou de outra fonte, a energia é um fator crítico para a maioria das indústrias e, por consequência, para a soberania do país, devendo trabalhar na redução da dependência energética, rumo a uma maior neutralidade a curto prazo e explorando soluções que minimizem a nossa exposição a fontes externas.

É importante reconhecer que no caso dos combustíveis fósseis estamos a lidar com um desafio de longo prazo. Apesar das metas ambiciosas da União Europeia para a redução de emissões, é necessária uma transição bem planeada, dado que uma mudança demasiado rápida e mal desenhada será economicamente desastrosa para alguns setores-chave da economia europeia, sendo fundamental que Portugal tenha um plano para gerir esta transição, combinando os objetivos de sustentabilidade ambiental com a preservação da competitividade das empresas.

A importância da eficiência energética é uma componente essencial para reduzir o desperdício em todas as etapas, desde a produção à distribuição e ao consumo final, seja ele industrial ou doméstico. Mais do que uma questão técnica, apostar na eficiência energética é uma oportunidade para otimizar recursos, reduzir custos e fortalecer e melhorar a resiliência da nossa economia perante choques energéticos.

As fontes renováveis, como a energia solar e eólica, apresentam uma limitação importante: a intermitência, o que exige soluções eficazes para armazenar o excesso de produção e gerir os défices nos períodos de menor produção, sendo as centrais de biomassa fundamentais, pela produção de energia elétrica e também pelo auxílio na eliminação de excedentes florestais, com benefício para a limpeza da floresta e segurança das populações.

O aproveitamento de biomassa representa uma solução estratégica para combater o desperdício de excedentes florestais, aumentando o valor económico da floresta. A gestão integrada de resíduos florestais, combinada com a criação de unidades autónomas de queima de biomassa, contribui para o aumento da eficiência energética e para dinamizar as economias locais contribuindo para um reordenamento

territorial no setor florestal, com impactos positivos na sustentabilidade, coesão territorial e na criação de emprego, sobretudo no interior do país.

A aposta na bombagem hidroelétrica pode colmatar muita da intermitência na nossa rede elétrica nacional, fazendo uso da energia solar de dia para a bombagem de água e utilizado esse recurso durante a noite, sendo uma tecnologia com implementação em Portugal e com provas dadas na sua eficiência.

O desenvolvimento de tecnologias de armazenamento térmico e químico, como sistemas que armazenem calor ou hidrogénio produzido em horários de maior disponibilidade de energia renovável, para posterior utilização, é também uma solução, sendo estas tecnologias essenciais para mitigar a intermitência e garantir a estabilidade do fornecimento energético.

Duplicar a produção de energia renovável até 2040 é essencial para reduzir a dependência energética abaixo de 50% até 2030, através da criação de um Plano Nacional para Centrais Solares Térmicas, que podem produzir energia em comunidades energéticas, especialmente para uso habitacional e fornecer energia para processos industriais que hoje dependem de combustíveis fósseis, como o gás natural. No sul de Portugal, estas centrais podem também apoiar projetos de dessalinização de água, alinhando sustentabilidade ambiental com as necessidades locais, mitigando o problema de fornecimento de água para habitação e consumo.

O apoio de iniciativas locais de produção renovável é também fundamental, incentivando comunidades energéticas a produzir e consumir energia localmente, através da simplificação de processos de licenciamento para projetos de energia solar e eólica.

O setor imobiliário é responsável pelo consumo de aproximadamente 40% da energia final na Europa e cerca de 30% para o caso de Portugal, podendo mais de 50% deste consumo ser reduzido, através de medidas de eficiência energética, o que pode representar uma redução anual de 400 milhões de toneladas de CO₂, quase a totalidade do compromisso da UE no âmbito do Protocolo de Quioto.

É assim fundamental incentivar reabilitações urbanas sustentáveis, fundamentais para tornar o parque habitacional mais eficiente e alinhado

com os objetivos de transição energética, apostando-se fortemente nos NZEB – Nearly Zero-Energy Buildings para as novas construções.

Portugal tem a oportunidade de se posicionar como líder na transição energética, atraindo investimentos em tecnologias limpas e criando um ecossistema robusto para o setor, sendo um passo importante o desenvolvimento de um ambiente político favorável, com a elaboração de um Plano Energético Nacional (PEN) integrado, que alinhe metas energéticas com crescimento económico e inovação tecnológica.

A promoção de indústrias consumidoras de energia renovável, como data centers e fábricas de tecnologia, são também uma iniciativa fundamental, podendo beneficiar-se de energia verde a baixo custo, bem como o incentivo à instalação de empresas de tecnologia limpa (Clean Tech), que contribuirá igualmente para criar valor local e aportar conhecimento especializado.

O hidrogénio verde aproveitando os esforços promovidos pela União Europeia, pode ter o seu espaço, ainda que limitado, no MIX energético nacional, derivado da capacidade de Portugal produzir eletricidade renovável a custos competitivos, podendo este ser utilizado para a produção de subprodutos, como metanol e combustíveis sustentáveis para aviação (SAFs), e em aplicações críticas como fuel cells para data centres, podendo transformar Portugal num relevante “player” europeu na produção e utilização de hidrogénio verde.

O desenvolvimento de um hub de hidrogénio em Sines, também conhecido como “Hydrogen Valley”, já conta com projetos em andamento e tem atraído o interesse de investidores internacionais. Este hub pode promover a utilização do hidrogénio em indústrias, substituindo combustíveis fósseis em processos industriais e transportes.

A exploração de recursos minerais como o lítio não deve ser encarada como um tabu, mas sim como uma oportunidade para o aproveitamento de recursos locais com a transição energética global, através da implementação de uma estratégia responsável de exploração e processamento, que pode garantir que estas atividades respeitem elevados padrões ambientais e sociais, utilizando os minerais para produzir baterias e outras tecnologias essenciais para o mercado nacional e internacional.

PARA UMA FLORESTA COM MAIOR VALOR ECONÓMICO

A floresta tem o potencial para desempenhar um papel crucial na economia, na ecologia e na sociedade portuguesa, enfrentando desafios significativos que comprometem a sua rentabilidade, desde o risco de incêndios florestais até à necessidade de modernização legislativa e inovação tecnológica, sendo essencial garantir a sustentabilidade da floresta, e implementar um conjunto de medidas estratégicas que respeitem as múltiplas funções que esta desempenha e promovam uma gestão sustentável.

A floresta cumpre diversas funções, como a produção, a conservação e a proteção ambiental, sendo fundamental que qualquer estratégia para a sua rentabilidade integre estas dimensões de forma equilibrada.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) devem ser adaptados para considerar as áreas de produção, conservação e proteção, promovendo corredores ecológicos que conectem habitats naturais, aumentando a biodiversidade e mitigando os efeitos da fragmentação das paisagens.

É também necessário implementar estratégias de resiliência, reforçando a resistência da floresta a fenómenos extremos como incêndios e alterações climáticas. A introdução de modelos de compartimentação, que diversifiquem espécies e delimitem compartimentos florestais, é essencial para reduzir a propagação de pragas, doenças e incêndios, além de promover a sustentabilidade.

Os incêndios florestais continuam a ser uma ameaça significativa, sendo essencial apoiar a aquisição de trituradores que facilitem a gestão de resíduos florestais, diminuindo o combustível disponível para os incêndios, promover a capacitação dos proprietários florestais, através de formação em práticas de gestão sustentável e prevenção de incêndios, incentivando a certificação que valide estas boas práticas. Todos os terrenos florestais de produção devem estar obrigatoriamente sujeitos a um plano de gestão, enquanto as áreas de conservação devem ser financiadas por políticas públicas que assegurem a sua viabilidade.

A fragmentação da propriedade florestal é um dos principais entraves à eficiência económica, sendo fundamental a promoção do agrupamento de produtores florestais, através de apoios financeiros e técnicos, o que permitirá alcançar economias de escala, reduzir custos e melhorar o acesso ao mercado. Esta gestão integrada e coordenada trará benefícios significativos para o território, sendo essencial simplificar os procedimentos legais relacionados com o emparcelamento e estabelecer prazos claros para decisões administrativas.

A legislação que regula as espécies florestais deve ser modernizada, equilibrando a conservação e a exploração económica. No caso do sobreiro e da azinheira, é necessário rever a legislação de proteção, limitando-a a áreas prioritárias como o Alentejo e o Algarve e simplificando os procedimentos de gestão em zonas não prioritárias. Para o pinheiro-manso, é essencial harmonizar o período de apanha da pinha com Espanha, promovendo a competitividade dos produtores nacionais.

A gestão hídrica e a qualidade do solo são fatores determinantes para a sustentabilidade da floresta, devendo as novas plantações ser autorizadas apenas após uma análise cuidadosa das necessidades hídricas e nutricionais, enquanto práticas como a Trituração de resíduos devem ser incentivadas em detrimento do uso de grades de discos, promovendo a fertilidade do solo.

Investir na valorização de espécies autóctones, especialmente as utilizadas na reflorestação pós-fogo, é essencial, através de investigação que explore o seu potencial económico e permitindo identificar novas oportunidades comerciais e industriais.

A capacitação dos proprietários florestais deve ser uma prioridade, através da criação de programas de formação que promovam práticas de gestão sustentável, prevenção de incêndios e conservação ambiental, incentivo à adesão a programas de certificação florestal, garantindo acesso a mercados que valorizem produtos florestais sustentáveis, e fomentar o acesso a mecanismos de créditos de carbono, como os carbon credits e offset carbons, aumentando o valor económico da floresta e promovendo a sua consolidação.

Os instrumentos de gestão territorial desempenham um papel central na promoção do uso responsável e sustentável do solo, devendo estabelecer um quadro legal estratégico para as políticas públicas, respeitando as especificidades regionais e promovendo o desenvolvimento sustentável.

A transição para uma gestão mais sustentável é fundamental para garantir a resiliência do património florestal, a proteção dos seus valores socioeconómicos e a sua capacidade de responder às alterações climáticas.

PARA UM PAÍS MAIS ORIENTADO PARA O MAR

Portugal possui uma ligação histórica e cultural ao mar, sendo este um recurso estratégico para o desenvolvimento económico e social do país. Com uma economia do mar acima da média europeia em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB) e emprego, o setor tem mostrado um dinamismo crescente, mas enfrenta desafios estruturais que limitam o seu pleno potencial.

A economia do mar em Portugal representou 5,4% do VAB nacional e 5,1% do PIB em 2018, destacando-se pelo crescimento superior ao da economia nacional. Contudo, setores como o transporte marítimo, a bioeconomia e as energias oceânicas permanecem subaproveitados. Enquanto o turismo costeiro domina o setor, com 77% do VAB e 82% do emprego, é necessário diversificar e robustecer outras áreas da economia azul.

Os portos nacionais têm um enorme potencial para dinamizar a economia da região em que se inserem, promovendo a criação de emprego, cada vez mais qualificado e bem remunerado, principalmente os que envolvam terminais de carga contentorizada ou fracionada e que sejam geridos por privados, dada a sua maior orientação para servir cadeias de abastecimento comerciais. Além disso, por cada emprego que é diretamente criado por um porto são originados, geralmente, 3 a 4 empregos indirectos.

Assim, a transformação do espaço marítimo num setor atrativo para investimentos deve ser uma prioridade, com concessões “chave na mão” transparentes e resultantes de concursos competitivos, promovendo uma maior competição entre os vários portos do país ou entre terminais no mesmo porto, atraindo o interesse de mais operadores e impedindo a sedimentação de um regime de quase monopólio na operação dos nossos terminais portuários que não beneficia a competitividade do país.

As concessões devem deixar de ser renovadas através de renegociações fechadas e passar a ser sujeitas a concursos públicos abertos e internacionais, transparentes e competitivos.

A promoção ativa de áreas pré-definidas para atividades económicas, Zonas Francas, permitindo tirar proveito de infraestruturas críticas existentes para promover a colaboração e aproximação entre o interior e o litoral e o desenvolvimento industrial e económico na região, seguindo um caminho de liberalização, desburocratização e transparência na atração de investimento privado nacional e internacional. O Porto de Sines, por exemplo, tem um potencial enorme que tem sido desperdiçado com políticas erráticas e demasiado intervencionistas e dirigistas, que levaram a uma falta de interesse dos investidores

A Zona Franca é o caminho mais promissor, envolvendo todos os municípios abrangidos e todas as entidades interessadas no desenvolvimento de uma estratégia regional participativa e equilibrada.

Adicionalmente, a criação de zonas tecnológicas livres para experimentação em bioeconomia, energias oceânicas e robótica permitirá facilitar a inovação em contexto real. Portos inteligentes devem ser modernizados com infraestruturas que incluem eletrificação (cold ironing) e energias verdes, como o hidrogénio e metanol, assegurando a liderança de Portugal em portos sustentáveis.

O incentivo ao empreendedorismo azul é essencial, que deve incluir a criação de modelos de negócio inovadores com foco no mar e a integração de Unidades Curriculares específicas sobre economia azul nos cursos de gestão e ciência.

A bioeconomia e as energias oceânicas apresentam um grande potencial para crescimento sustentável, assumindo a expansão da produção de algas e bivalves, promovendo práticas de carbono zero, especial relevância.

O acesso ao financiamento é um desafio recorrente no setor do mar, sendo crucial atrair fundos de investimento para a economia azul, especialmente nas fases iniciais de novos negócios, através da promoção de expertise interna e parcerias estratégicas, bem como através de formas alternativas de financiamento, como o crowdfunding e a desburocratização de fundos comunitários focados no tema da transição energética e da sustentabilidade.

A Europa continuará a sua cruzada pelo Green Deal, o que pode consistir numa oportunidade para Portugal, promovendo modelos de negócio orientados por critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), garantindo a descarbonização da economia azul.

A implementação de tecnologias de propulsão limpa para embarcações, práticas regulatórias alinhadas com ESG, eletrificação de marinas e a promoção de um turismo azul sustentável, são iniciativas interessantes para a competitividade nacional no novo contexto europeu.

A aposta em tecnologias digitais e veículos autónomos pode posicionar Portugal como um hub relevante de biotecnologia azul.

A economia azul requer uma abordagem colaborativa entre academias, centros de investigação e empresas, devendo os laboratórios colaborativos e clusters de competitividade liderar a integração de tecnologias avançadas com aplicação prática no setor e Portugal tem uma oportunidade única para se consolidar como líder global na economia azul.

PARA UMA MELHOR GESTÃO DA ÁGUA POR TODO O TERRITÓRIO

A água é um recurso essencial, não só para a vida, mas também para o desenvolvimento económico e social.

Em Portugal, enfrentamos desafios sérios na forma como gerimos a água, desde as perdas e fugas na rede de distribuição até à desigualdade na sua disponibilidade entre regiões, com abundância no Minho e carências severas que limitam projetos empresariais e de vida no Alentejo e no Algarve.

É essencial garantir uma gestão eficiente e justa da água para assegurar a sustentabilidade ambiental, a coesão territorial e a competitividade do país.

Para mitigar as perdas de água na rede de distribuição, que, em algumas zonas, chegam a atingir 30% da água tratada, é importante promover a concessão, em termos mais competitivos, das empresas do setor empresarial do Estado e municipais de águas cuja perda de água na rede seja superior à média, ou, em alternativa, criar condições para que estas empresas possam competir entre si. Apostar na modernização das infraestruturas com recurso a tecnologia avançada e drones e, sempre que possível, adotar sistemas de sensores inteligentes, capazes de monitorizar em tempo real o fluxo de água e identificar fugas, com acesso aberto à ferramenta de monitorização, e recorrer à utilização de Inteligência Artificial e análise de dados, prevendo falhas e otimizando a distribuição de água, evitando desperdícios. É também incompreensível que os parques, jardins e outras atividades sejam regados com água tratada e disponível para consumo.

A tecnologia, o bom-senso, e as melhores práticas de gestão, por si só, não são suficientes, sendo necessário uma política de redistribuição que garanta água para todo o território, através da criação de uma rede nacional de transvases, que corre para o mar, que permita transferir água de regiões excedentárias para aquelas mais afetadas pela escassez, reservatórios, barragens e bacias de retenção, construção de reservatórios estratégicos e modernos para o armazenamento de água em períodos de maior disponibilidade, garantindo a sua utilização em épocas de seca, verificando-se atualmente uma distribuição desigual

dos recursos hídricos.

A agricultura, bem como todos os setores produtivos, deve ser incentivada a produzir, explorar e a atrair e fixar população. O excessivo foco no controlo de água, dos custos e nos subsídios, leva à ideia de que a única forma de termos um país sustentável é nada produzindo, devendo o controlo de água ser feito, refletindo o custo da sua obtenção após uma política de auto-estradas de água e da sua retenção, devendo a agricultura ter os mesmos meios que as restantes atividades produtivas.

A agricultura, como um dos maiores utilizadores de água, necessita de adotar práticas mais eficientes, como sistemas de rega gota-a-gota, sensores de humidade do solo e outras tecnologias, reduzindo o desperdício de água e aumentando a produtividade.

A reutilização de águas residuais pode aliviar a pressão sobre os recursos hídricos, podendo ser utilizada em contextos industriais e agrícolas, permitindo poupar água potável para utilizações mais essenciais, promovendo igualmente a instalação de sistemas de recolha e armazenamento de águas pluviais em edifícios, tanto residenciais como industriais, que podem ser utilizadas para limpeza, rega ou outros usos não potáveis, reduzindo a pressão sobre a rede principal.

A educação e a sensibilização são essenciais para promover uma cultura de poupança e respeito pela água, começando desde cedo nas escolas e ampliando as campanhas de sensibilização para a população em geral, de forma a reforçar a consciência de que a água é um recurso finito e que o seu uso responsável é uma responsabilidade de todos, apostando na capacitação dos consumidores, disponibilizando aplicações digitais que permitem às famílias e empresas monitorizar o consumo de água em tempo real, identificar padrões de desperdício e implementar medidas de poupança, incluindo alertas para consumos anormais e dicas práticas, promovendo assim um uso mais consciente e sustentável.

PARA MAIS DIREITOS PARA OS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Em Portugal, existem cerca de 1 milhão de profissionais liberais, tendo-se verificado nos últimos cinco anos um crescimento de 40% no número de trabalhadores independentes com habilitações superiores.

Os profissionais liberais desempenham um papel fundamental na economia portuguesa, oferecendo serviços de alto valor acrescentado em áreas de elevada especialização, como medicina, direito, engenharia, contabilidade, aconselhamento financeiro ou arquitetura.

A ausência de uma política que promova a igualdade para os profissionais liberais, face aos trabalhadores por conta de outrem, como a falta de uma rede de segurança social adequada, a fiscalidade complexa e os benefícios de parentalidade limitados, acentuados por um sistema de contribuição pouco flexível, que não considera a variação de rendimentos destes trabalhadores, coloca uma pressão desproporcional sobre quem trabalha por conta própria, impactando negativamente na sua estabilidade, qualidade de vida e risco financeiro, impedindo que possam usufruir de um sistema de segurança social que lhes assegure proteções básicas em situações de doença, parentalidade ou desemprego.

Assim, devem ser revistas as tabelas de contribuições para a segurança social, permitindo que o trabalhador independente opte por um montante mínimo de contribuição, sem limite máximo, que melhor se adeque à sua realidade financeira, garantindo uma rede de proteção social que responda melhor às suas necessidades.

A retenção na fonte, atualmente estabelecida em 25%, deve ser reduzida para 20%, com a possibilidade de escolha entre um montante mínimo e máximo de retenção, adequado aos diferentes escalões de rendimento, contribuindo para que o trabalhador independente mantenha uma maior liquidez financeira, essencial para a sua sustentabilidade e capacidade de investimento pessoal.

O subsídio de desemprego deve ser acessível aos profissionais liberais nas mesmas condições que os trabalhadores por conta de outrem, considerando o montante de contribuições e uma atividade contínua de pelo menos cinco anos. Em circunstâncias extraordinárias, como

pandemias ou catástrofes naturais, deve ser implementado um regime de exceção que assegure um apoio imediato e eficaz, reduzindo a vulnerabilidade dos profissionais liberais perante situações de perda de rendimentos, proporcionando-lhes uma rede de segurança essencial.

Os profissionais liberais devem ter acesso aos mesmos direitos de parentalidade que os trabalhadores por conta de outrem, como licenças de maternidade e paternidade remuneradas e acesso efetivo a benefícios sociais associados, contribuindo para a estabilidade familiar e para a igualdade de oportunidades, permitindo que os profissionais liberais possam dedicar tempo às suas famílias sem comprometer a sua segurança financeira.

Atualmente, os profissionais liberais estão isentos de IVA até um limite de rendimentos de 15.000 euros anuais, um valor que não reflete a realidade económica de muitos profissionais liberais, devendo ser aumentado este limite para 25.000 euros, acompanhada da dispensa de entrega de declaração periódica para quem se insira nesta faixa, reduzindo a carga burocrática e fiscal para os profissionais de menor rendimento, promovendo uma maior eficiência e não obstaculizando o crescimento de micro e pequenas atividades liberais.

Os profissionais liberais devem ter direito a um valor de baixa médica adequado, proporcional aos seus descontos, cobrindo períodos de incapacidade temporária para o trabalho, garantindo que não são penalizados em situações de doença, melhorando a sua qualidade de vida e segurança financeira.

Com vista a proporcionar às sociedades profissionais uma maior flexibilidade na escolha da sua tributação, o regime de transparência fiscal deve ser optativo para todas as sociedades, permitindo que optem entre a transparência fiscal ou o regime de IRC, mitigando a concorrência desleal entre sociedades que prestam serviços semelhantes, mas são tratadas de forma desigual em termos fiscais, garantindo-se igualdade de condições e incentivando a sustentabilidade financeira das sociedades profissionais, permitindo-lhes reter lucros para reinvestimento e crescimento, em vez de imputar automaticamente os rendimentos aos sócios, e promovendo um ambiente fiscal mais justo e uma maior capacidade de investimento nas atividades das sociedades, impulsionando o desenvolvimento do setor.

A equiparação dos direitos dos trabalhadores-estudantes independentes, permitindo que fiquem igualmente isentos para efeitos de cálculo de prestações sociais, desde que respeitem os mesmos limites aplicados aos trabalhadores dependentes, promovendo a igualdade de oportunidades, incentivando o trabalho e a experiência profissional em jovens, e garantindo que a escolha pela atividade independente não se traduza numa penalização no acesso a apoios sociais, corrigindo a desigualdade no acesso a prestações sociais criada pela Agenda do Trabalho Digno, que isentou os rendimentos do trabalho dependente auferidos por jovens trabalhadores-estudantes, com idade igual ou inferior a 27 anos e cujo montante anual não excede 14 vezes a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), de serem considerados para efeitos de atribuição de prestações sociais, nada referindo quanto aos trabalhadores-estudantes independentes.

PARA UMA CULTURA MAIS LIBERAL

Ao longo dos anos, Portugal tem-se deparado com o dilema de como proteger e valorizar o seu património cultural num contexto de desafios financeiros e de uma dependência constante dos fundos europeus.

A legislação de mecenato, que deveria impulsionar o apoio privado à cultura, coloca diversas barreiras que a tornam apenas acessível a grandes instituições, limitando o alcance e o impacto nos projetos locais e menos conhecidos, devendo a Lei do Mecenato ser modernizada e democratizada, enquanto oportunidade para construir um modelo de preservação cultural que envolva todos, desde o Estado até às pequenas comunidades locais.

A revisão da Lei do Mecenato é essencial por forma a garantir uma distribuição equitativa do financiamento para os projetos culturais e para os doadores, sendo a atual legislação demasiado restrita na sua aplicação regular aos grandes projetos de grandes instituições, sobretudo devido aos mecanismos complexos de programas operacionais de incentivos que são geridos por entidades como municípios ou mesmo Turismo de Portugal.

Portugal é um país com um vasto património cultural, mas com poucos recursos financeiros para o manter, sendo a dependência dos fundos europeus, na sua grande maioria cativados pelo setor público que tutela grande parte de monumentos, sítios e conjuntos, para promover a sua recuperação, uma realidade, o que exige uma mudança, colocando o legislador e os stakeholders do setor cultural na elaboração e revisão da legislação.

Na área do património edificado, medidas como a criação de programas específicos para pequenos projetos de restauro em áreas rurais ou fora das grandes cidades, que levaria a uma maior mobilização de mais apoio para monumentos e edifícios históricos menos conhecidos, a simplificação do processo de aprovação, desburocratizando e criando um processo mais célere para aprovar projetos como beneficiários de mecenato, ajudando a captar mais mecenias, a promoção de campanhas de sensibilização junto das empresas e da sociedade civil sobre os benefícios fiscais e o impacto

social do mecenato, incentivando uma maior participação privada no restauro do património e a criação de incentivos adicionais para o mecenato em zonas de menor densidade populacional ou para edifícios em risco urgente de degradação, atraindo mais apoio para estas áreas, tornariam a Lei do Mecenato mais eficaz.

As sucessivas reformas na tutela do património cultural em Portugal, como tentativas de alcançar um modelo que garanta a preservação, valorização e sustentabilidade do património cultural e de adequar às novas necessidades da sociedade, falharam, tendo a última reforma do setor, que extinguiu a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e as Direções Regionais de Cultura (DRC's), centralizando ainda mais em Lisboa todas as decisões relevantes, aumentando a burocracia, mesmo para simples atos quotidianos dos museus, arquivos e bibliotecas.

As competências das ex DRCs foram integradas nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's), que não estavam devidamente preparadas com recursos humanos e organizacionais para receber estas competências.

O modelo ideal deve equilibrar a proteção do património com a capacidade de promover o acesso, a sustentabilidade e o envolvimento comunitário.

A gestão do património cultural deve estar mais próxima das pessoas e das comunidades, sendo essencial a criação de um modelo de governação multinível, onde o Estado, as autarquias locais, a sociedade civil e o setor privado trabalhem em parceria, apostando na descentralização, dando mais autonomia às autarquias para tomarem decisões sobre o património da sua região, com o apoio técnico e financeiro do governo central, ganhando as comunidades locais e as ONGs, que têm um histórico de intervenção e proximidade, um papel mais ativo na preservação.

Ao mesmo tempo, um organismo como a Direção-Geral do Património Cultural teria a função de coordenar, partilhar boas práticas e garantir a fiscalização, permitindo este equilíbrio uma gestão mais eficiente, participativa e próxima das necessidades reais de cada região.

O modelo de gestão em Parcerias Público-Privadas (PPPs) é uma solução eficaz para conservar o património cultural, envolvendo o setor privado na sua recuperação e dinamização, sem perder de vista o interesse público. Através de contratos e concessões, o Estado pode atribuir a entidades privadas a responsabilidade de restaurar e gerir bens patrimoniais, desde que haja garantias claras, como a conservação dos edifícios, a promoção de atividades culturais e o acesso público.

Um exemplo deste modelo é o Programa REVIVE, que tem permitido recuperar edifícios históricos para novos usos, como hotelaria. Contudo, este programa ainda tem limitações, sendo essencial reforçar a fiscalização para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos e evitar que todos os edifícios históricos sejam convertidos apenas para fins turísticos. Aqui, a revisão da Lei do Mecenato pode desempenhar um papel fundamental, criando incentivos para que o setor privado participe ativamente na preservação do património, garantindo soluções mais equilibradas e ajustadas às realidades locais.

O setor artístico português enfrenta desafios estruturais que dificultam a sua consolidação e crescimento, sendo fundamental diversificar as fontes de financiamento e reduzir a dependência estatal, criando condições para atrair o mecenato e patrocínio privado através de incentivos fiscais, através da criação de fundos específicos geridos de forma transparente, com parcerias entre o setor público, privado, universidades e fundações, direcionados para áreas como arte contemporânea, cinema, teatro ou música.

Programas de crowdfunding e plataformas digitais podem ser uma alternativa viável, permitindo o envolvimento direto dos cidadãos no apoio a projetos artísticos, bem como a criação de uma agência independente de financiamento para as artes, com fundos públicos e privados geridos de forma imparcial.

O reforço do Turismo Cultural, canalizando parte das receitas turísticas para apoiar a criação artística e descentralizar a oferta, o investimento na educação artística, tornando-a mais disponível para valorizar e financiar a arte, e a promoção da internacionalização da arte portuguesa, estabelecendo parcerias que levem o talento nacional além-fronteiras, são essenciais para sensibilizar a sociedade.

COMUNICAÇÃO EXTERNA

A comunicação externa tem um caráter de importância único para a Iniciativa Liberal, dado que é através dela que passamos as nossas propostas para os eleitores, que damos a conhecer o nosso partido e os nossos quadros, os nossos eleitos e representantes.

A comunicação externa tem que seguir um caminho de maior e melhor profissionalização, garantindo que a mensagem e as propostas liberais chegam à população e são compreendidas.

Existe a necessidade de adaptar a mensagem e as plataformas de comunicação digital da nossa comunicação a cada público alvo. A mensagem que passamos no Tik-Tok para um público mais jovem tem que ser claramente diferenciada da mensagem que passamos no Facebook para um público menos jovem, por exemplo.

A comunicação da Iniciativa liberal tem que ser de fácil compreensão para o eleitorado, intuitiva, mas com a exigência a que o liberalismo nos obriga. A nossa comunicação deve deixar claro o compromisso com os pilares do liberalismo, como a liberdade individual, a responsabilidade individual, a igualdade de oportunidades, a transparência e a subsidiariedade. Esses valores devem ser transmitidos de forma simples e acessível, para que o público compreenda como essas ideias se aplicam à sua vida.

A nossa mensagem deve ser clara e coerente, devendo conectar os ideais liberais com as necessidades e desafios contemporâneos.

Devemos abordar todo o tipo de temas e não deixar para um determinado espectro partidário o monopólio de determinados temas, sem medo de assumir uma posição clara, dado que todos os temas têm uma abordagem e propostas concretas liberais.

Para uma maior credibilidade junto do eleitorado, todas as nossas propostas liberais devem ser construídas consistentemente, sustentadas em dados concretos que comprovem que as políticas liberais funcionam e são capazes de resolver os problemas de Portugal, trazendo exemplos

reais de países que aplicaram políticas liberais com sucesso, tornando as nossas propostas mais tangíveis e atrativas para o eleitor.

O sucesso de diversos outdoors e mupis da Iniciativa Liberal, com disruptão, atratividade e modernidade, devem voltar a ser um dos nossos pilares, dado que são claramente um fator diferenciador da nossa comunicação externa e contribuem significativamente para a difusão das ideias políticas junto dos eleitores.

O contacto próximo com a população é essencial, continuando a ser fundamental na divulgação do ideário liberal e na abordagem ao eleitorado. Para isso, os flyers intuitivos são fundamentais, simplificando as propostas liberais e assegurando que o cidadão compreenda de que forma as nossas propostas são transformadoras da sua vida.

Este contacto próximo não deverá ser feito apenas em período eleitoral, devendo existir uma organização nacional que assegure que sempre que lançarmos uma proposta impactante para Portugal, temos membros na rua para a explicarmos. Este contacto, casa a casa, cidadão a cidadão, trará uma maior aproximação do partido à população, reforçando a imagem da Iniciativa Liberal.

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL 2025/2027
CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

ESTRATÉGIA INTERNA



unidos pelo
liberalismo



iniciativa
liberal

O MEMBRO NO CENTRO DA AÇÃO

A Iniciativa Liberal assume como um dos seus pilares fundamentais a valorização do indivíduo, colocando o membro no centro da ação e estratégia do partido e o indivíduo no centro da sociedade.

Este foco visa fortalecer a base interna, mas também criar um impacto significativo na sociedade, refletindo os princípios liberais de meritocracia, pluralismo e liberdade.

Promovemos o mérito, o conhecimento e a capacitação como motores de mudança, enquanto reforçamos os valores de solidariedade, liberdade e responsabilidade.

Desta forma, preparamos a Iniciativa Liberal para os desafios do presente e moldamos o Portugal liberal do futuro.

PRODUÇÃO, GESTÃO E PARTILHA DE CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento é um ativo estratégico essencial para o conhecimento e robustecimento da Iniciativa Liberal.

A Iniciativa Liberal tem de apostar na recuperação de um Gabinete de Estudos forte, transversal, inclusivo e plural, promovendo a transformação do conhecimento tácito dos membros em conhecimento explícito, utilizando ferramentas de codificação e contextualização para o seu armazenamento, gestão e partilha.

Para tal, no âmbito da produção e gestão de Conhecimento é necessário criar um acervo acessível que reúna estudos e propostas elaboradas pelos membros, eleitos e representantes da Iniciativa Liberal, incluindo materiais desenvolvidos na Assembleia da República, Assembleias Legislativas Regionais, Assembleias Municipais, Assembleias de Freguesia, Parlamento Europeu, Núcleos Territoriais e Grupos de Trabalho.

É necessário depois partilhar todo este conhecimento, tornando-o acessível a todos os núcleos e membros, garantindo uma constante partilha, atualização contínua e maximização do impacto das melhores práticas.

APOIO AO MEMBRO

A Iniciativa Liberal reconhece que o sucesso do partido depende do bem-estar, inclusão e participação ativa dos seus membros.

Assim, é necessário apostar numa cultura forte de onboarding e de integração dos novos membros, através da criação de um Manual de boas-vindas e de um kit de boas-vindas, que dê a conhecer aos novos membros a organização do partido e as oportunidades e formas de participação internas.

Para promover uma inclusão eficaz, promovemos igualmente um Programa de Mentoría Interna, que permita aos membros mais antigos encaminhar e ajudar os novos membros a adaptarem-se e conhecerem mais rapidamente o Partido, garantindo que ninguém fica para trás.

Com um mundo cada vez mais digital, a Iniciativa Liberal acompanha esta tendência e permite que cada membro tenha o partido disponível na ponta dos dedos, criando uma Aplicação da Iniciativa Liberal, com diversos recursos, salas temáticas de debate e com todas as funcionalidades atualmente disponibilizadas pelo Portal do Membro.

A Iniciativa Liberal deve também estar na vanguarda da promoção do bem-estar e apoio ao próximo, começando internamente, com um foco na saúde mental e física dos membros, estabelecendo mecanismos que promovam a igualdade de oportunidades de participação na vida política interna para todos, independentemente da condição socioeconómica e criando um Programa de Apoio Social Interno, promovendo a solidariedade, responsabilidade individual e o bem-estar comunitário.

O FUTURO

Os jovens são o motor da renovação e o dinamismo do partido. A Iniciativa Liberal aposta em iniciativas capazes de capacitar, envolver e dinamizar os jovens do nosso partido, enquanto exemplo de cidadania, formação e captação de talento, preparando os jovens de hoje para serem o futuro da Iniciativa Liberal e de Portugal.

DAR VOZ AOS JOVENS

Núcleos de Estudantes Liberais (NEL's):

Os Núcleos de Estudantes são uma forma de os mais jovens terem uma primeira aproximação ao mundo político nas suas instituições de ensino. Atualmente, a Iniciativa Liberal está focada em expandir as ideias liberais dentro das instituições de ensino superior.

Os Núcleos de Estudantes Liberais são autónomos e independentes da Iniciativa Liberal. No entanto, enquanto plataformas de difusão da mensagem liberal, a Iniciativa Liberal tem a ambição de auxiliar a identificar liberais dentro das instituições de ensino superior, criando um canal de WhatsApp de forma a agregar os responsáveis dos Núcleos de Estudantes, procurando estabelecer um diálogo contínuo e identificando potenciais de expansão para novos Núcleos, servindo como Relações Públicas.

Para além disto, a Iniciativa Liberal, enquanto partido político com mais recursos humanos e materiais ao seu dispor, poderá auxiliar na criação destes Núcleos, nomeadamente na preparação da documentação e estrutura organizativa interna correspondente, bem como no contacto institucional com os respetivos estabelecimentos de ensino superior para a formalização do Núcleo.

A Iniciativa Liberal estará disponível para qualquer colaboração e participação nestes fóruns, mediante a realização de parcerias e eventos conjuntos ou do auxílio na divulgação dos eventos e conferências realizadas pelos Núcleos de Estudantes.

No sentido de dinamizar a ação dos Núcleos de Estudantes nos meios académicos, a Iniciativa Liberal promoverá o Encontro Anual Nacional de Núcleos de Estudantes Liberais, convidando representantes de todos os Núcleos a estar presentes, promovendo o diálogo, pontes e partilha de experiências e de conhecimento associativo.

Participação política ativa:

A Iniciativa Liberal aposta e incentiva os mais jovens a terem uma participação política mais ativa nos ambientes estudantis e universitários, promovendo a envolvência dos mais jovens nos diversos fóruns: Núcleos de Estudantes, Associações de Estudantes e Organizações de Voluntariado.

A promoção de boas relações institucionais entre os Núcleos de Estudantes e as Associações de Estudantes é essencial, para promover o dinamismo do associativismo estudantil dentro da instituição de ensino.

Para além disso, a Iniciativa Liberal procura identificar oportunidades de participação jovem e respetiva divulgação, sensibilizando os mais jovens para a importância política ativa nos ambientes estudantis e universitários.

Para tal, contamos com uma equipa dinâmica e transversal, que integra membros com diversas experiências nestes contextos e organizações, pronta a esclarecer todas as dúvidas dos membros.

Dinamização:

A Iniciativa Liberal promove anualmente o Encontro Nacional da Juventude (JustX'IL), ainda em consolidação, que combina conhecimento com diversão e convívio. Este evento deverá ser constituído sob uma lógica de inclusão e abertura a membros, simpatizantes e à sociedade civil em geral, seja na qualidade de oradores, seja na qualidade de participantes. Temos a ambição de expandir o atual modelo do Just X'IL.

A Iniciativa Liberal promove anualmente uma Academia de Verão, destinada a uma combinação entre a capacitação técnica e a capacitação comportamental, envolvendo atividades de team building e outdoor.

Para além disto, a Iniciativa Liberal promove mais eventos de âmbito nacional direcionados aos mais jovens, permitindo-lhes mais oportunidades de participação, aprendizagem, debate e formação ao longo do ano.

A implementação da ação local junto dos mais jovens, competência dos Grupos de Coordenação Local, é essencial, pelo que promovemos que todos os Núcleos Territoriais detenham pelouros da Juventude, sendo

necessário reunir com os Núcleos Territoriais, percebendo a adequação e necessidade face às realidades locais, procurando igualmente estabelecer pontes entre o responsável da Comissão Executiva e os responsáveis dos Núcleos Territoriais, dinamizando e auxiliando o necessário e solicitado.

Para além disso, a criação de um canal de WhatsApp de forma a agregar os responsáveis pelos pelouros da Juventude dos Grupos de Coordenação Local é essencial, procurando estabelecer um diálogo contínuo, identificando necessidades e oportunidades.

É também necessário ouvir as principais preocupações dos jovens e apresentar-lhes soluções liberais ao nível das estruturas associativas, promovendo um diálogo com as Associações Universitárias e Estudantis existentes a nível nacional.

A Iniciativa Liberal aposta também em política de proximidade, procurando organizar roteiros pelas instituições de ensino básico, secundário e superior, de forma a expandir e dinamizar a mensagem liberal junto dos mais jovens, bem como incentivando a colaboração regional dentro dos Distritos, procurando soluções para as preocupações dos jovens dessas regiões.

DAR PALCO AOS JOVENS

Dar Palco aos Jovens é um compromisso central para garantir a renovação e o dinamismo do partido, capacitando e dando responsabilidade aos mais jovens.

Permitir que os mais jovens tenham a possibilidade de participar ativamente no desenvolvimento de propostas e programas eleitorais, através de uma integração no Gabinete de Estudos, participando na formulação de ideias que moldarão o futuro do partido e do país.

Além disso, lançaremos a rubrica mensal “Jovens Liberais na Imprensa”, uma plataforma dedicada a divulgar artigos de opinião assinados por jovens membros, assegurando que a sua voz é ouvida e destacada no debate público, não apenas externamente, como também internamente.

A criação de Fóruns de Debate Jovem, que promovam o talento, a comunicação e o aperfeiçoamento de competências políticas, dedicados

à troca de ideias, é essencial para preparar uma nova geração de líderes, prontos para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Ao dar palco aos jovens, estamos a investir na energia, na inovação e na visão de quem poderá liderar Portugal rumo a um futuro mais próspero e livre.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A formação e a qualificação dos membros são pilares fundamentais para o fortalecimento e a sustentabilidade do partido. Reconhecendo o valor do desenvolvimento contínuo, a Iniciativa Liberal promove uma cultura de aprendizagem que incentiva todos os membros a evoluírem e a aperfeiçoarem as suas competências, alinhando-se com os valores e objetivos do partido.

Nesse sentido, destaca-se a criação da Academia Liberal, uma plataforma abrangente de formação que abarca vertentes técnicas, como finanças, administração pública e legislação, e comportamentais, como línguas, comunicação, liderança e ética. Este espaço pretende não só desenvolver capacidades específicas, mas também fomentar uma visão ética e estratégica entre os membros.

Além disso, é oferecida formação específica dirigida a membros, candidatos e eleitos, assegurando que todos os representantes do partido compreendem e estão alinhados com os seus valores e metas. Esta capacitação visa proporcionar as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios políticos e institucionais com confiança e competência.

Por fim, a gestão de talento é uma prioridade estratégica, com um mapeamento sistemático das competências dos membros para identificar e orientar os seus pontos fortes para áreas de maior impacto. Este processo garante que o potencial de cada indivíduo é maximizado em benefício do partido e do progresso coletivo.

Com estas iniciativas, a Iniciativa Liberal reforça o seu compromisso com a excelência, a meritocracia e a construção de uma base sólida de talento para liderar as mudanças que Portugal necessita.

CANDIDATOS E ELEITOS

A meritocracia é o princípio central na escolha de candidatos e representantes da Iniciativa Liberal, assegurando que os melhores talentos, preparados e alinhados com os valores do partido, estão na linha da frente para representar os cidadãos. Este compromisso reflete-se num processo rigoroso e inclusivo que valoriza tanto a formação como a partilha de conhecimento.

Para garantir a excelência dos nossos representantes, disponibilizamos formação específica orientada para candidatos e eleitos, com foco em competências políticas e na gestão local. Este investimento capacita-os a enfrentar os desafios das suas funções com competência, responsabilidade e uma visão estratégica, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Adicionalmente, será criado um Fórum Autárquico, um espaço dedicado aos autarcas da Iniciativa Liberal, onde poderão partilhar experiências, trocar conhecimento e debater os desafios que enfrentam nas suas comunidades. Este fórum será uma plataforma para fortalecer a colaboração e promover soluções inovadoras, garantindo uma resposta eficaz às necessidades locais.

Com estas iniciativas, reforçamos o compromisso com a meritocracia, a capacitação e a construção de uma rede de líderes capazes de transformar Portugal com base nos valores liberais.

VISÃO PARA OS NÚCLEOS E TERRITÓRIOS

As estruturas locais desempenham um papel crucial na expansão e difusão das ideias em qualquer organização política.

Enquanto liberais devemos defendemos acérrimamente o princípio da Subsidiariedade, que deve vir, no entanto, acompanhado dos meios e autonomia necessários a esse exercício.

Enquanto Comissão Executiva queremos colaborar ativamente com todos os Núcleos Territoriais, através de uma estrutura de acompanhamento e aproximação às distintas estruturas locais nas diversas regiões de Portugal e na Diáspora, que conta com Vogais alocados especificamente à Ação Local, acompanhando diariamente os Núcleos Territoriais, Autarcas e Representantes da Iniciativa Liberal.

A capacitação dos Núcleos Territoriais é essencial, para que funcionem autonomamente, mas garantimos também uma estrutura nacional de suporte para assuntos administrativos, jurídicos e/ou financeiros, sob a responsabilidade da Secretaria Geral, que garantirá que todas as estruturas locais têm meios para exercer a sua atividade nos seus territórios.

A dotação financeira correspondente aos Núcleos Territoriais tem que ter um prazo definido para que seja efetivada, independentemente de qualquer outra condicionante.

O valor a reverter para os Núcleos Territoriais, apesar de ter sido aumentado, conforme plasmado na MEG 2023-2025, não resolveu o problema do acesso a essas verbas ou às respetivas contas bancárias, o que torna o efeito prático nulo. Apenas com este desbloqueamento se permite a efetiva ação dos Núcleos Territoriais no seu âmbito de atuação, a dinamização dos mesmos e a promoção de iniciativas que possam envolver verbas.

Conscientes da importância das estruturas locais para o sucesso do partido, o seu acompanhamento deve ser regular, através de reuniões periódicas com os Coordenadores dos Núcleos Territoriais, auscultando assuasopiniões,dificuldades e necessidades,para Unidosencontrarmos guidelines para ultrapassar os desafios encontrados.

O incentivo à produção de iniciativas de formação de âmbito local, para membros, candidatos e eleitos é essencial, prestando a Comissão Executiva todo o auxílio necessário à sua realização.

A horizontalidade no relacionamento com os Núcleos Territoriais será a regra, ao invés da verticalidade no relacionamento que hoje é praticado.

Desejamos que os Núcleos Territoriais se foquem essencialmente na política local e não sejam meras caixas de ressonância da Comissão Executiva.

Aos Núcleos Territoriais cabe a definição da estratégia política local, em articulação com a Comissão Executiva e com a aprovação pelo Conselho Nacional das candidaturas referentes a eleições locais. Desta forma, defendemos que a decisão sobre assuntos de política local devem ser assumidos pelos Núcleos, assim como a responsabilidade política pelas decisões tomadas.

O onboarding e o suporte aos membros deve ser um objetivo primordial das estruturas locais. Os membros são o maior ativo do partido, saber recebê-los, envolvê-los nas decisões e aproveitar todo o seu potencial, é essencial para permitir o crescimento diário do partido, de forma sustentada.

Para além do onboarding, implementado nacionalmente, com a colaboração dos Núcleos Territoriais, aconselharemos os Núcleos Territoriais sobre as melhores práticas para angariar e reter os seus membros.

Os Núcleos Territoriais devem ser a principal porta de entrada dos membros na Iniciativa Liberal, devendo ser identificadas as valências de cada um, permitindo ter consciência das áreas em que podem dar uma maior contribuição e aproveitando a qualidade dos seus quadros em prol do partido. A identificação de talento e a capacitação política dos membros é crucial para o sucesso da Iniciativa Liberal.

A expansão territorial é necessária, mas deve ter em atenção as dinâmicas e realidades locais, evitando que a criação de novos Núcleos enfraqueça outros, levando à inatividade ou fraca dinamização.

Acreditamos que o número mínimo de membros para a constituição de um Núcleo Territorial deve ser aumentado, robustecendo desde o primeiro dia essa estrutura.

Adicionalmente, pretendemos auscultar os Núcleos Territoriais sobre o atual modelo de estrutura local existente no partido, se consideram suficiente e adequado para dar resposta a todas as situações e de que forma é possível existir e promover uma melhor relação inter-núcleos.

O nosso compromisso será a promoção de ações pelos vários Distritos do país com uma regularidade preferencialmente bimensal.

Com umas Eleições Autárquicas à porta, consideramos de extrema importância fomentar a criação de Grupos de Freguesia dentro de cada Núcleo Territorial, atendendo sempre às particularidades de cada Núcleo e à sua real capacidade de implementação, permitindo uma maior proximidade às necessidades reais dos nossos concidadãos.

O website da Iniciativa Liberal deve ser um mecanismo de exponenciar o trabalho realizado pelos Núcleos Territoriais, devendo promover as diversas plataformas existentes em cada um dos Núcleos Territoriais.

Queremos uma relação com os Núcleos aberta, energética, plural e com respeito pelo Princípio da Subsidiariedade. Como tal, devem os Núcleos Territoriais ser auscultados sobre a necessidade de revisão do atual Regulamento Geral de Núcleos da Iniciativa Liberal (RGNIL), recolher as suas sugestões, permitindo implementar a nossa visão.

ABORDAGEM A NOVOS SEGMENTOS ELEITORAIS

Para que possamos expandir a nossa base de apoio e fortalecer a nossa presença em todo o país, é imprescindível que deixemos de ser um partido que apenas alcança nichos específicos e nos tornemos uma força política capaz de representar todo o Portugal, desde as grandes cidades até as regiões do Interior.

É essencial estabelecer uma abordagem estratégica focada na identificação e compromisso com novos segmentos eleitorais, cujas necessidades e preocupações estão muitas vezes desatendidas.

Para tal, a realização de estudos de mercado eleitoral periódicos, que permitam identificar novos segmentos de eleitores com um maior potencial de adesão às ideias liberais, permitindo, através destes dados, entender as suas necessidades, preocupações e prioridades, e, assim, adaptar a nossa mensagem de forma mais eficaz.

As nossas apostas, centradas em grupos como os jovens, os empreendedores e a classe média, já não são suficientes para continuar a expandir o ideário liberal.

Devem também ser desenvolvidas campanhas de proximidade, com foco nesses novos segmentos identificados, criando estratégias de comunicação que falem diretamente com as realidades e os interesses dessas pessoas, utilizando uma linguagem acessível e propostas concretas que ressoem com suas preocupações. Para que a nossa mensagem tenha impacto, é fundamental que as campanhas sejam personalizadas e direcionadas a cada grupo de forma específica.

É necessário criar propostas que abordem diretamente as questões que afetam esses novos segmentos, permitindo que as nossas propostas cheguem a todos os portugueses, independentemente da sua condição socioeconómica, faixa etária ou profissão, com ações concretas que

mostrem compromisso com os desafios do Portugal real.

A participação eleitoral ativa deve ser incentivada, promovendo o envolvimento dos nossos membros nas campanhas eleitorais locais, dando palco a novas vozes e grupos. A diversidade de perspetivas é fundamental para criar uma plataforma política inclusiva e representativa de todas as regiões e setores da sociedade, fortalecendo a nossa presença e tornando a nossa mensagem mais abrangente.

A expansão da nossa base de apoio é um trabalho contínuo de aproximação, compreensão e inclusão dos novos segmentos eleitorais. Só assim poderemos ter uma Iniciativa Liberal que represente todos os portugueses e empenhada em transformar Portugal.

COMUNICAÇÃO INTERNA

A comunicação interna é fundamental para fortalecer a coesão e a eficácia dentro do nosso partido. Para isso, é necessário implementar uma nova estratégia que permita uma maior interação entre os membros e a liderança, otimizando os canais de comunicação já existentes.

A reformulação do Portal do Membro, transformando-o numa plataforma mais dinâmica e acessível, permitindo que os membros tenham o partido disponível na ponta dos dedos, através da criação da Aplicação da Iniciativa Liberal, com diversos recursos, salas temáticas de debate e com todas as funcionalidades atualmente disponibilizadas pelo Portal do Membro.

Desta forma, facilita-se o acesso às informações e promove-se uma interação constante entre os membros.

Além disso, é crucial assegurar que os Núcleos Territoriais disponham de todos os materiais de design, de publicações e da marca do partido, permitindo que desenvolvam a sua comunicação de forma mais acessível e promovendo uma maior coesão visual entre os Núcleos, independentemente dos recursos disponíveis.

É fundamental existir uma comunicação regular sobre as nossas propostas aos membros, explicando o sentido das mesmas e sugerindo como devem ser apresentadas aos seus contactos com uma linguagem simples e acessível, de fácil percepção. Os nossos membros são o nosso maior ativo, devendo estar sempre atualizados sobre as nossas propostas liberais para que as possam promover com uma maior facilidade.

Os nossos dirigentes, eleitos e representantes devem ter um papel de destaque na nossa comunicação interna. Para tal é essencial que os nossos dirigentes, eleitos e representantes tenham uma secção no nosso website, com a sua informação atualizada e respetivo trabalho desenvolvido.

Consideramos também importante comunicar aos nossos membros caso existam alterações de dirigentes nacionais, coordenadores de Núcleos Territoriais e de representantes eleitos.

A Comissão Executiva tem o dever de comunicar mais, melhor e com mais regularidade dados do partido, como o número de membros do partido, o número de núcleos territoriais e as contas do partido após serem aprovadas pelo Tribunal Constitucional.

A reformulação do Minuto Liberal é essencial, com o objetivo de o tornar mais abrangente, permitindo que os membros conheçam as decisões e atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos do partido, o que os membros produzam, seja através de artigos, vídeos, ou outras formas de conteúdo em órgãos de comunicação social, ampliando a visibilidade das suas contribuições, bem como as novas iniciativas e a atividade dos Núcleos Territoriais de uma forma mais pormenorizada e regular.

Esta ferramenta ajudará a manter todos os membros informados e comprometidos com as ações do partido, promovendo a transparência interna.

Além disso, é essencial a criação de canais de feedback diretos com a Comissão Executiva, permitindo aos membros compartilhar as suas opiniões, sugestões e críticas diretamente a este órgão, assegurando que as preocupações dos membros são ouvidas e tratadas de forma eficiente, fortalecendo a confiança e a transparência dentro do partido.

A publicação e divulgação dos artigos escritos pelos nossos membros é essencial, através de uma reformulação do site que inclua uma secção específica para esses conteúdos.

O arquivo de opinião publicado deve também ser criado, reunindo todos os artigos e posicionamentos dos membros, proporcionando uma base de conhecimento e reflexão acessível para todos, reforçando o valor produzido pelos nossos membros e contribuindo para o debate público.

A melhoria da comunicação interna é essencial, passando pela modernização das plataformas de comunicação, pela valorização do conteúdo produzido pelos membros e pela criação de novos canais de interação.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A Iniciativa Liberal apareceu no panorama político nacional como um partido jovem, moderno e com uma comunicação disruptiva.

Esta modernidade e disruptão devem refletir-se também internamente, com formatos de newsletters mais modernos, que se adaptem às diversas plataformas digitais, garantindo que não acabam perdidas nas caixas de correio eletrónico dos membros ou em grupos informais de WhatsApp cujo acesso é pouco claro.

Todas as plataformas existentes de interação entre membros e de difusão de conteúdo devem ser do conhecimento de todos os membros, nomeadamente os grupos de WhatsApp existentes, garantindo que todos conseguem aceder, sem limitação de participantes.

Essa discrepância entre a imagem externa e a comunicação interna evidencia a necessidade de uma verdadeira transformação digital na Iniciativa Liberal, adotando ferramentas mais eficazes e inclusivas, garantindo que todos os membros tenham acesso aos mesmos conteúdos e se encontram informados de igual modo.

A Aplicação da Iniciativa Liberal será o canal preferencial para divulgar informações e notícias aos nossos membros, centralizando as comunicações oficiais e evitando a perda de informações importantes, devendo ser também o principal fórum de discussão entre membros, facilitando o debate e a troca de ideias de forma organizada e acessível.

Para além disso, a Aplicação contará com salas específicas para cada Núcleo Territorial, bem como salas temáticas, permitindo discussões específicas por áreas de interesse ou atuação, promovendo uma maior especialização e colaboração.

Cada membro terá a possibilidade de criar o seu perfil pessoal, partilhar os dados pessoais que considere relevantes, que podem incluir o contacto telefónico ou email, os seus interesses, competências e iniciativas, promovendo uma maior visibilidade e comunicação entre os

membros da Iniciativa Liberal.

Para além disso, e como já se encontra previsto no Portal do Membro, será possível proceder à consulta e regularização das quotas, criando-se ainda a possibilidade de os membros realizarem donativos através da Aplicação da Iniciativa Liberal, através de plataformas de pagamento integradas, simplificando o apoio financeiro ao partido.

A Aplicação contará ainda com um Calendário de eventos e atividades, constantemente atualizada, onde será possível aos membros consultar a Agenda, inscreverem-se em eventos, reuniões e atividades promovidas pelo partido, criando ainda um sistema de notificações personalizados, enviando alertas e atualizações relevantes diretamente para os dispositivos dos membros, garantindo que estejam sempre informados.

Este Calendário de eventos e atividades deverá estar acessível a todos os Grupos de Coordenação Local, permitindo que insiram diretamente as suas atividades e iniciativas, garantindo que todos os membros têm acesso e a possibilidade de participação nos eventos do seu Núcleo Territorial ou de outro no qual tenham interesse.

O website da Iniciativa Liberal, enquanto plataforma digital primordial de difusão das ideias liberais, deve ser atualizado, dando mais destaque aos nossos membros, dirigentes, representantes e eleitos.

A reformulação das atuais secções relativas aos dirigentes é essencial, devendo conter a sua informação atualizada e o respetivo trabalho desenvolvido.

Quanto aos eleitos e representantes da Iniciativa Liberal, é essencial a criação de uma secção no nosso website, que contenha a sua informação atualizada e o respetivo trabalho desenvolvido.

Para os nossos membros, é essencial a publicação e divulgação dos seus artigos escritos, através da criação de uma secção específica para esses conteúdos.

Os nossos Núcleos Territoriais deverão ter também o devido destaque, através da criação de uma secção a estes dedicada, permitindo que divulguem diretamente as suas propostas, iniciativas locais e outros temas que considerem relevantes.

A automação de processos será essencial para melhorar a eficiência interna da Iniciativa Liberal, permitindo que tarefas repetitivas, como a gestão de inscrições e atualizações de quotas, sejam realizadas de forma mais rápida e eficaz, permitindo igualmente personalizar a experiência dos membros, garantindo que as comunicações e os conteúdos sejam adaptados às suas necessidades, sem sobrecarregar a equipa com tarefas operacionais.

A utilização de Inteligência Artificial deve ser uma aposta, permitindo à Iniciativa Liberal otimizar a comunicação com os membros e aumentar a eficiência das nossas ações.

Para alcançar o nosso público de forma eficaz, a Iniciativa Liberal deverá adotar as melhores estratégias de comunicação digital, adaptando o conteúdo às plataformas mais relevantes e ao perfil do nosso público, o que inclui a realização de campanhas segmentadas em redes sociais e através da nossa aplicação e a criação de conteúdos dinâmicos permitindo uma comunicação mais ágil, acessível e envolvente.

Ao apostar na Transformação Digital da Iniciativa Liberal garantimos que estamos na vanguarda tecnológica do panorama político nacional, promovendo uma maior transparência, concorrência saudável e inovação interna, bem como uma maior acessibilidade e participação, garantindo que todos os membros, independentemente da sua localização, possam contribuir de maneira significativa para os objetivos da Iniciativa Liberal.

ADMINISTRATIVO E SECRETARIA GERAL

A Secretaria Geral desempenha um papel essencial na agilidade e eficiência dos processos internos da Iniciativa Liberal. É essencial garantir uma equipa profissionalizada e comprometida com a causa, especialmente nas áreas técnicas não políticas.

O aumento dos funcionários do partido tem de ter como efeito direto o aumento da profissionalização do mesmo, com os recursos necessários para o crescimento que ambicionamos, devendo ser instituídas métricas rigorosas de avaliação de desempenho e que respeitem a meritocracia, de acordo com os resultados alcançados pelos funcionários do partido. Devemos ser um exemplo na gestão de recursos humanos profissionalizados ou em regime de voluntariado.

Além disso, a descentralização de algumas competências do Secretariado Geral para os Núcleos Territoriais pode contribuir para uma maior flexibilidade e agilização dos processos de filiação de novos membros.

A organização e divulgação de eventos pela Secretaria Geral deve ser ampliada, garantindo uma maior visibilidade e acessibilidade e incentivando à participação dos membros. É essencial garantir uma colaboração ativa na produção desses eventos.

Da mesma forma, a comunicação com os Órgãos de Comunicação Social deve ser eficiente, oferecendo aos Grupos de Coordenação Local apoio imediato e de forma ágil, sempre que necessário, contribuindo para uma imagem coesa e proativa da Iniciativa Liberal.

A implementação de sistemas de automação de processos para a gestão de inscrições ou a atualização de quotas é essencial, permitindo uma melhoria da eficiência administrativa e uma maior agilidade e transparência no acompanhamento da situação financeira dos membros.

A disponibilização de informações sobre a regularização das quotas, com um termo de responsabilidade assinado, aos Grupos de Coordenação Local também é uma medida importante, permitindo conhecer a situação dos seus membros e implementar estratégias que permitam uma participação ativa dos membros.

A Secretaria Geral deve garantir que aos novos membros é explicada a estrutura e funcionamento do partido, através da criação de um kit de boas-vindas, permitindo uma integração mais rápida na Iniciativa Liberal.

A gestão documental tem de ser otimizada, assegurando que todos os documentos internos, como atas, relatórios e regulamentos, estejam organizados, acessíveis e devidamente atualizados.

A transformação da sede do partido num ponto de encontro liberal deve ser vista como uma estratégia para fomentar o debate e a troca de ideias, que pode ser expandido, em articulação com os Núcleos Territoriais, para a criação de outros espaços em diferentes localidades, fortalecendo a presença e a influência do partido em diversas regiões.

No âmbito das suas competências de organização administrativa das Convenções Nacionais, a promoção da descentralização por todo o país será um objetivo.

A proposta de criação de um Regulamento Eleitoral, aplicável a todos os atos eleitorais da Iniciativa Liberal, é essencial, garantindo uma maior transparência e uniformização de processos, clarificando como cada ato eleitoral deve ser preparado e executado.

TESOURARIA

A Tesouraria do partido desempenha um papel crucial no crescimento do partido, na gestão financeira e na transparência dos recursos, sendo fundamental garantir processos administrativos eficientes e sistemas adequados para o acompanhamento das contas.

A apostar na profissionalização é essencial, garantindo uma maior agilidade e qualidade na execução de tarefas que necessitem de uma maior especialização, em áreas como contabilidade ou auditoria, e uma apresentação das contas ao Tribunal Constitucional dentro dos prazos legais estabelecidos.

A transparência das contas deve ser a chave, devendo o número de funcionários e os principais serviços externos contratados ser do conhecimento de todos os membros, permitindo saber de que forma são alocados os recursos financeiros do partido, promovendo uma maior transparência e accountability.

Os Relatórios e Contas apresentados ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho Nacional devem ter um maior nível de detalhe que permita conhecer a atividade financeira em profundidade, assegurando uma supervisão adequada das contas.

Além disso, o orçamento anual deve ter uma alocação clara e bem definida de recursos, servindo como um guia para todas as decisões financeiras ao longo do ano. A prestação de contas e a clareza nas operações financeiras deve ser constante, promovendo um ambiente de confiança e responsabilidade.

Em relação ao Orçamento anual, este deve ser apresentado no ano anterior ao da sua execução. Do mesmo modo que a apresentação do Relatório e Contas deve ser apresentado até ao final do primeiro trimestre posterior ao ano de exercício.

As fontes de financiamento do partido devem ser diversificadas e bem geridas, incluindo subvenções, quotas dos membros e donativos, devendo ser adotada uma estratégia clara para a angariação de donativos e fundos.

A gestão destas fontes deve ser eficiente, com um controlo rigoroso das entradas e saídas de recursos, garantindo que o partido tenha as condições financeiras necessárias para cumprir os seus objetivos.

A dotação financeira correspondente aos Núcleos Territoriais tem que ter um prazo definido para que seja efetivada, independentemente de qualquer outra condicionante, devendo ser igualmente procedido ao desbloqueamento das verbas e das respetivas contas bancárias, permitindo a efetiva ação dos Núcleos Territoriais no seu âmbito de atuação.

RELAÇÃO COM OS ÓRGÃOS NACIONAIS

Os órgãos nacionais do partido fazem parte da sua estrutura organizativa, são o seu suporte e a garantia de que o partido tem condições para funcionar corretamente, tendo em vista o seu crescimento efetivo. Os órgãos nacionais devem ser fortes, autónomos, transparentes, colaborativos e funcionais.

O respeito por estes órgãos e pelas suas funções é imperativo e a sua valorização deve ser uma realidade, reconhecendo devidamente o trabalho desenvolvido e garantindo que detêm as melhores condições para desenvolverem as suas funções com a máxima qualidade.

A Comissão Executiva tem de garantir que os restantes órgãos dispõem dos meios necessários, sem dependência direta, mas com colaboração ativa, respeitando a sua autonomia.

CONVENÇÃO NACIONAL

É o órgão representativo dos membros do partido, a quem cabe decidir a sua orientação estratégica e linhas gerais de ação política, dentro dos seus objetivos e princípios, deliberando em tudo o que não seja atribuição dos demais órgãos.

É o órgão máximo do partido, devendo ser respeitado na sua plenitude.

O escrutínio realizado pelos membros em Convenção é essencial para a promoção do debate construtivo, envolvência dos membros e promover o crescimento do partido, garantindo que todos são parte ativa.

Assim realizaremos reuniões anuais com todos os membros, de acompanhamento da execução da Moção Estratégica Global e das Moções Setoriais, nos anos em que não exista Convenção Eletiva, garantindo um acompanhamento mais próximo dos membros da execução, implementação e comunicação do deliberado em Convenção.

Esta audição deverá ser acompanhada de uma prestação de contas anual, através de relatório de atividades anual divulgado aos membros.

Da última Convenção Estatutária e Programática, retirámos uma lição importante: os consensos alargados são possíveis, necessários e fazem falta à Iniciativa Liberal, contribuindo para o seu crescimento e sucesso!

Assim, a audição da Convenção Nacional relativa a uma eventual revisão estatutária é essencial, através da realização de um referendo interno, procurando auscultar todos os membros sobre a sua necessidade, adequação e sobre o conteúdo desta revisão.

A promoção das Convenções Nacionais descentralizadas por todo o país será também um objetivo.

CONSELHO NACIONAL

É o órgão responsável por acompanhar e orientar a estratégia política do partido adotada em Convenção Nacional, no respeito dos seus princípios e objetivos.

É o órgão máximo entre Convenções, representativo das diversas visões para o partido apresentadas em Convenção Nacional, devendo a Comissão Executiva adotar uma postura de máximo respeito, zelo e trato nas relações com o órgão.

A promoção de uma relação de proximidade, colaboração, abertura e audição constante do Conselho Nacional relativa à estratégia a adotar é essencial, garantindo que exercem as suas funções de forma plena.

O Conselho Nacional deve ser visto como o órgão máximo de escrutínio entre Convenções da atuação da Comissão Executiva. Mais escrutínio, levará a uma melhor atuação e diligência por parte da Comissão Executiva.

Acreditamos que os nossos Conselheiros Nacionais exercem as suas funções com responsabilidade, tendo como finalidade o crescimento da Iniciativa Liberal. Por essa razão, a confiança na atuação dos Conselheiros em prol do partido será um princípio de atuação da Comissão Executiva, que se absterá em todas as votações em Conselho Nacional, garantindo uma total separação de funções entre o órgão

que escrutina e aquele que é escrutinado, permitindo uma clara e transparente separação de funções.

Para que as propostas da Comissão Executiva sejam aprovadas sem o seu voto existirá a necessidade de mais diálogo, mais abertura, mais colaboração e mais aceitação de sugestões dos Conselheiros Nacionais, o que permitirá que as decisões do Conselho Nacional refletem um consenso alargado entre todas as visões do partido.

A dotação financeira do órgão é essencial, para que possa o próprio Conselho Nacional decidir onde realiza as suas reuniões e se é necessário alguma ajuda de custos aos Conselheiros Nacionais que se deslocam, permitindo de igual modo equacionar uma descentralização destas reuniões por Distritos.

CONSELHO DE JURISDIÇÃO

É o órgão responsável por zelar pelo bom cumprimento da legislação nacional aplicável à atividade do partido e das normas estatutárias e regulamentares aplicáveis à ação dos seus membros ou órgãos, atuando de modo livre e independente.

A autonomia e independência máxima deste órgão é essencial para garantir que as decisões se cingem ao cumprimento exemplar das normas legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis.

O Conselho de Jurisdição deve ser consultado com uma maior regularidade, nomeadamente na elaboração de propostas de novos Regulamentos ou Regimentos internos, solicitando parecer sobre a conformidade legal e estatutária dos mesmos.

A dotação financeira do órgão é essencial, para que o Conselho de Jurisdição possa, caso considere necessário, solicitar parecer externo em casos dúbios.

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

É o órgão responsável pela fiscalização da gestão financeira e das contas do partido, devendo dar parecer sobre os relatórios e contas dos seus exercícios anuais, podendo ainda conduzir auditorias internas.

A autonomia e independência máxima deste órgão é essencial para garantir que as suas funções são exercidas com o máximo zelo e respeito pelas normas legais.

É necessário repensar o papel do Conselho de Fiscalização, através da avaliação da necessidade de revisão do Regulamento Financeiro à luz dos Estatutos vigentes.

O Conselho de Fiscalização deve ser consultado com uma maior regularidade, sempre que tal seja necessário, devendo acompanhar e apoiar a Comissão Executiva de perto em questões de Tesouraria.

A entrega das contas com tempo suficiente que permita ao Conselho de Fiscalização proceder a uma análise detalhada e desenvolver um parecer estruturado e transparente, é essencial, garantindo que as contas da Iniciativa Liberal são entregues dentro do prazo legal ao Tribunal Constitucional.

A dotação financeira do órgão é essencial, para que o Conselho de Fiscalização possa, caso considere necessário, solicitar auditorias externas em casos dúbios ou proceder a qualquer tipo de subcontratação que considere necessária ao bom desempenho das suas funções.

RELAÇÃO COM OS ELEITOS E REPRESENTANTES DA INICIATIVA LIBERAL

Os Liberais eleitos devem ser o nosso maior orgulho, dado que simbolizam a implementação do liberalismo em Portugal e o caminho que já percorremos.

A eleição de mais um liberal representa a defesa de mais liberdade para os portugueses, de mais transparência, da meritocracia e das políticas liberais para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Desta forma, temos que garantir que os nossos eleitos e representantes tenham todas as condições para exercer o seu cargo da melhor forma possível, não apenas a nível de meios materiais, mas também de suporte e apoio.

O acompanhamento dos nossos eleitos e representantes é essencial e, por isso, reforçámos a estrutura da nossa equipa, assegurando um apoio constante, através de duas Vice-Presidências com responsabilidades de acompanhar os eleitos e representantes: Vice-Presidência de Assuntos Parlamentares e Vice-Presidência de Política Local.

Para além destas, e porque acreditamos que a maior proximidade e acompanhamento contribui para um maior sucesso, asseguramos uma cobertura de todo o território, nacional, regiões autónomas e internacional, onde temos representantes e eleitos, contando com cinco Vogais de Ação Local, que acompanharão também os Núcleos Territoriais dessas regiões, divididos por área geográfica: Norte, Centro, Sul, Ilhas e Diáspora.

Porque queremos uma Comissão Executiva mais próxima dos seus eleitos e representantes, promoveremos reuniões trimestrais entre eleitos e representantes e a Comissão Executiva para partilha de resultados, necessidades e alinhamento de estratégias.

É necessário implementar processos de harmonização e colaboração estreita entre o partido e os seus representantes e eleitos, no respeito pela autonomia e independência dessas funções, que vem acompanhada de uma maior responsabilidade política pelas opções tomadas, devendo responder perante o partido e os seus órgãos, mais concretamente, perante a Comissão Executiva e o Conselho Nacional e Grupos de Coordenação Local e o Conselho Nacional, dependendo de se tratar de representante de âmbito nacional, internacional ou local, respetivamente.

A criação do Fórum Autárquico será também uma excelente plataforma, permitindo a criação e partilha de conhecimento.

Todos os nossos eleitos e representantes devem ter um acesso contínuo a mentoria política, através do acompanhamento dos menos experientes por parte dos mais experientes, e de imagem para que continuem a evoluir e crescer e sejam sempre a melhor versão deles próprios, assegurando a representação da Iniciativa Liberal da melhor forma.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A nossa presença na Assembleia da República, com um Grupo Parlamentar, composto por oito Deputados, tem sido fundamental para a consolidação do liberalismo em Portugal, devendo os nossos Deputados ser valorizados e acompanhados.

Os nossos eleitos e representantes na Assembleia da República gozam de autonomia na organização do seu Grupo Parlamentar e do Gabinete, em articulação com a Vice-Presidência de Assuntos Parlamentares.

Esta autonomia vem acompanhada de uma maior responsabilidade política pelas decisões tomadas, devendo responder perante o partido e os seus órgãos, no caso, perante a Comissão Executiva e o Conselho Nacional, através de uma prestação de contas de forma regular.

Tem de existir uma separação clara entre os funcionários da Iniciativa Liberal e os funcionários afetos à Assembleia da República, devendo existir uma máxima transparência nos processos de contratação para o Gabinete Parlamentar, com uma definição clara das suas funções e do seu âmbito de atuação, apenas podendo atuar nos respetivos âmbitos contratuais.

ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS REGIONAIS

A nossa presença nas Assembleias Legislativas Regionais, com um Deputado eleito para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira e um Deputado eleito para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tem sido fundamental para a afirmação do liberalismo nas Regiões Autónomas, devendo os nossos Deputados ser valorizados e acompanhados.

Os nossos eleitos e representantes nas Assembleias Legislativas Regionais gozam de autonomia na organização do seu Grupo Parlamentar e do Gabinete, em articulação com o Vogal para a Ação Local das Ilhas.

Esta autonomia vem acompanhada de uma maior responsabilidade política pelas decisões tomadas, devendo responder perante o partido e os seus órgãos, no caso, perante os respetivos Grupos de Coordenação Local e o Conselho Nacional, através de uma prestação de contas de forma regular.

Tem de existir uma separação clara entre os funcionários da Iniciativa Liberal e os funcionários afetos às Assembleias Legislativas Regionais, devendo existir uma máxima transparência nos processos de contratação para o Gabinete Parlamentar, com uma definição clara das suas funções e do seu âmbito de atuação, apenas podendo atuar nos respetivos âmbitos contratuais.

PARLAMENTO EUROPEU

A nossa presença mais recente no Parlamento Europeu, com dois Eurodeputados eleitos, tem sido fundamental para a afirmação do liberalismo na Europa e no Mundo, devendo os nossos Eurodeputados ser valorizados e acompanhados.

Os nossos eleitos e representantes no Parlamento Europeu gozam de autonomia na organização do seu Grupo Parlamentar e do seu Gabinete, em articulação com a Vice-Presidência para os Assuntos Parlamentares e com o Vogal para a Ação Local da Diáspora.

Esta autonomia vem acompanhada de uma maior responsabilidade política pelas decisões tomadas, devendo responder perante o partido e os seus órgãos, no caso, perante a Comissão Executiva e o Conselho Nacional, através de uma prestação de contas de forma regular.

Tem de existir uma separação clara entre os funcionários da Iniciativa Liberal e os funcionários afetos ao Parlamento Europeu, devendo existir uma máxima transparência nos processos de contratação para o Gabinete Parlamentar, com uma definição clara das suas funções e do seu âmbito de atuação, apenas podendo atuar nos respetivos âmbitos contratuais.

ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

A nossa presença nas Assembleias Municipais tem sido fundamental para a afirmação do liberalismo localmente, devendo os nossos Deputados Municipais ser valorizados e acompanhados.

Os nossos eleitos e representantes nas Assembleias Municipais gozam de autonomia na organização do seu Grupo Municipal e do Gabinete, em articulação com a Vice-Presidência para a Política Local e o Vogal para a Ação Local das respetivas regiões: Norte, Centro e Sul.

Esta autonomia vem acompanhada de uma maior responsabilidade política pelas decisões tomadas, devendo responder perante o partido e os seus órgãos, no caso, perante os respetivos Grupos de Coordenação Local e o Conselho Nacional, através de uma prestação de contas de forma regular.

Tem de existir uma separação clara entre os funcionários da Iniciativa Liberal e os funcionários afetos às Assembleias Municipais, devendo existir uma máxima transparência nos processos de contratação para o Gabinete Municipal, com uma definição clara das suas funções e do seu âmbito de atuação, apenas podendo atuar nos respetivos âmbitos contratuais.

ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

A nossa presença alargada nas Assembleias de Freguesia, fruto das últimas Eleições Autárquicas de 2021, tem sido fundamental para a afirmação do liberalismo localmente, devendo os nossos autarcas das Assembleias de Freguesia ser valorizados e acompanhados.

Os nossos eleitos e representantes nas Assembleias de Freguesia gozam de autonomia na organização da sua atuação na Assembleia de Freguesia, em articulação com a Vice-Presidência para a Política Local e o Vogal para a Ação Local das respetivas regiões: Norte, Centro e Sul.

Esta autonomia vem acompanhada de uma maior responsabilidade política pelas decisões tomadas, devendo responder perante o partido e os seus órgãos, no caso, perante os respetivos Grupos de Coordenação Local, através de uma prestação de contas de forma regular.

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL 2025/2027
CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

A NOSSA EQUIPA



unidos pelo
liberalismo



iniciativa
liberal

A NOSSA EQUIPA

RUI MALHEIRO

Presidente



Conselheiro Nacional da Iniciativa Liberal desde 2020, encabeçando uma lista ao Conselho Nacional nas últimas eleições, integrou o Gabinete de Estudos do partido, no setor energético do qual é especialista, e tem especial interesse pelas áreas de Economia, Demografia e Descentralização.

É Cronista no Observador e Expresso, com diversos artigos publicados. Engenheiro Eletrotécnico com uma vasta e sólida carreira profissional no setor Elétrico. Mestre em Engenharia Electrotécnica – Sistemas Elétricos de Energia pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto. Ao longo da sua carreira profissional trabalhou nas melhores empresas multinacionais ligadas ao setor Elétrico, como ABB, General Electric, Efacec, sendo atualmente Diretor Comercial na Chint Eletrics.

CARLOS MARTINS

Vice-Presidente de Política Local

Foi Vereador da Cultura, Turismo e Desenvolvimento Económico de Santa Maria da Feira e Presidente da Sociedade de Turismo do mesmo município, é licenciado em Economia e pós-graduado em Turismo Cultural, colaborando como consultor na área de Economia Criativa e Turismo para as Nações Unidas e é membro do board da rede europeia Culture Next.



CRISTINA NUNES

Vice-Presidente de Formação e Talento

Autarca na Freguesia de Arroios desde 2021, foi membro do GCL do NT de Lisboa, é Gestora de Projetos e Coach na área comportamental e comercial, com ampla experiência internacional.

A NOSSA EQUIPA



DANIEL MOURA

Vice-Presidente de Relações Institucionais

Fundador do NT de Arruda dos Vinhos, formado em Engenharia Informática e Computadores, foi membro de direções académicas e é atualmente Diretor numa das maiores empresas de Tecnologia do país, com responsabilidade de desenvolvimento e estratégia de negócio.



NATACHA ARIANA RIBEIRO

Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Fundadora e ex-Presidente do 1.º Núcleo de Estudantes Liberais em Portugal, colaborou com o Gabinete de Estudos da IL e com o GCL de Lisboa num grupo de trabalho. Licenciada em Direito e Mestranda em Direito da Empresa, é atualmente Assessora Jurídica.



RUI VALDEMAR SANTOS

Vice-Presidente de Comunicação

Com formação em Economia e experiência em setores como fintech e consultoria, é atualmente Diretor de Operações na Bergano, onde lidera a digitalização do setor de construção no Brasil e em Portugal.

A NOSSA EQUIPA



PEDRO ERMIDA

Secretário-Geral

Foi Coordenador do NT Vila Real, é Conselheiro Nacional da IL, Licenciado em Economia, exercendo atualmente a sua atividade na área da consultoria.



MIGUEL GOMES

Tesoureiro

Coordenador do NT Aveiro, foi candidato à Câmara Municipal de Aveiro em 2021 e foi Conselheiro Nacional da IL em 2022, é empresário na área da saúde e alimentação saudável.



CAROLINA VELOSO MARTINS

Vogal para a Gestão e Partilha de Conhecimento

Formada em Ciências Farmacêuticas e com especialização em Finanças, Sustentabilidade e Gestão, desenvolve a sua atuação no setor de retalho e eletrónica, assumindo a posição de Diretora de Qualidade e Compliance na Komplett Services AS, na Noruega, onde lidera a gestão da qualidade, sustentabilidade (ESG) e conformidade com diversas normas, incluindo RGPD e certificações ISO.



FILIPE GUIMARÃES

Vogal para a Transformação Digital

Licenciado em Gestão e Administração de Empresas, com uma pós-graduação em Finanças e um curso de programação, é atualmente software developer.

A NOSSA EQUIPA



MARTA COUTINHO

Vogal de Operações e Eventos

Detentora de um Executive MBA e uma especialização em Gestão de Projetos, especialista em gestão de projetos, foi Diretora de Operações, reunindo experiência em liderança empresarial em operações, sendo atualmente Gestora de Projetos.



TIAGO VILAVERDE

Vogal de Comunicação e Marketing

Licenciado em Economia e Mestre em Gestão, sendo atualmente Diretor de Operações de Contas.



JOSÉ BAPTISTA

Vogal para a Ação Local: Norte

Foi Autarca da Assembleia de Freguesia de Gualtar até 2021, Licenciado em Direito, Mestrando em Psicologia.

A NOSSA EQUIPA



PAULO VIEIRA

Vogal para a Ação Local: Centro

Autarca na Assembleia de Freguesia de Argoncilhe desde 2021, Conselheiro Nacional da IL, com uma sólida carreira na área de Logística, Procurement e Gestão de Operações e empreendedor na área da mediação de seguros.



FRANCISCO PAULINO

Vogal para a Ação Local: Sul

Engenheiro Geólogo com uma carreira sólida e diversificada na área de Geotecnia, Com mais de duas décadas de experiência, trabalhou em empresas de renome onde desempenhou funções chave como engenheiro geotécnico, coordenador de projetos e responsável pela produção em pedreiras.



CAETANO MARTINS

Vogal para a Ação Local: Ilhas

Foi Vice-Coordenador do Grupo de Coordenação de Ilha de São Miguel e é, atualmente, secretário do GCL Açores, com uma ampla formação militar, desportiva e de liderança, dedicou os últimos seis anos à gestão de projetos de inovação e à publicação de artigos científicos em revistas e fóruns especializados.

A NOSSA EQUIPA



NELSON GONÇALVES

Vogal para a Ação Local: Diáspora

Fundador e coordenador do NT Benelux, formado em Engenharia Eletrotécnica, trabalhando atualmente na Bélgica, ajudando a desenvolver soluções para a monitorização e controlo dos consumos de energia em edifícios industriais e comerciais.



FERNANDO SARAIVA

Vogal para o Ambiente, Sustentabilidade e Energia

Licenciado em Manutenção Industrial e com uma carreira sólida no setor da engenharia industrial em Portugal e no estrangeiro.



HUGO CONDESA

Vogal para a Economia e Fiscalidade

Licenciado em Economia, com passagens por instituições como a FEP, o IESE, ESCP e Universidade de Oxford, é gestor, administrador e diretor não executivo em várias empresas.

A NOSSA EQUIPA



IVO SILVA

Vogal para a Juventude

Coordenador do NT Trofa, formado em Engenharia e com Mestrado Integrado em Bioengenharia, com especialização no ramo de Engenharia Biomédica, tendo-se dedicado nos últimos anos ao setor automóvel, onde é empresário e gerente de um Centro de Abate.



JOSÉ PEREIRA

Vogal para a Justiça, Segurança e Migrações

Membro do GCL Guimarães, advogado e mestre em direito dos contratos e da empresa.



JORGE CARRAPITA

Vogal para a Saúde

Médico especializado em Cirurgia Geral, com destaque na área hepato-bilio-pancreática e Consultor em Cirurgia Geral no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.

A NOSSA EQUIPA



LUÍS PROENÇA

Vogal para as Infraestruturas, Habitação e Turismo

Licenciado em Gestão, Mestre em Ciências Empresariais e atualmente Empresário e Gestor no setor do Alojamento Universitário.



MIGUEL MACHADO PEREIRA

Vogal para a Educação e Cultura

Vice-Coordenador do NT Évora da IL e atualmente a frequentar a Licenciatura em Ciências Sociais – Minor em Ciência Política e Administrativa.



SÓNIA ALMADA

Vogal para o Trabalho e Segurança Social

Integrou durante 5 anos o GCL Madeira e é atualmente Office Manager numa empresa da Zona Franca da Madeira.

A NOSSA EQUIPA



TOMÁS PEREIRA

Suplente

Vice-Coordenador do NT Aveiro, foi cabeça de lista à Assembleia Municipal de Aveiro em 2021 e integrou as listas pelo distrito às Legislativas de 2022 e 2024, é licenciado em Direito e Mestrando em Direito Administrativo.



HENRIQUE FRANÇA

Suplente

Membro fundador do NT Sintra e ex-Coordenador da parte da Juventude no GCL de Sintra.



HÉLIO MARTA

Suplente

Vice-Coordenador do NT de Viseu, desenvolveu a sua atividade profissional no âmbito das energias renováveis em empresas como EDP Renováveis e Iberdrola Renováveis.

A NOSSA EQUIPA



SANDRA LOURENÇO AMARO

Suplente

Coordenadora do NT Alcobaça e Suplente da atual Comissão Executiva, é licenciada em Geologia e Recursos Naturais e mestre em Geologia Económica com especialização em Prospecção Mineral.



RICARDO SANTOS

Suplente

Foi candidato à Assembleia Municipal de Pombal em 2021 e integrou as listas às Eleições Legislativas pelo Distrito de Leiria em 2022, é formado em Engenharia Informática e empreendedor na área tecnológica e eventos.



CÁTIA SOFIA MARTINS

Suplente

Licenciada e Mestre em Engenharia Civil e Licenciada em Arquitetura e Urbanismo, desenvolve a sua atividade profissional no âmbito do urbanismo e obras públicas.



MARIA DE OLIVEIRA SIMÕES

Suplente

Formada em Economia, desenvolveu a sua atividade profissional no sector alimentar, exercendo funções em diferentes áreas como: marketing, compras, comercial, exportação/importação, tendo atualmente o seu próprio negócio de ingredientes e alguns auxiliares para a indústria alimentar.



LISTA
unidos pelo
liberalismo

i iniciativa
liberal

CORAGEM PARA TRANSFORMAR PORTUGAL

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

2025/2027

UNIDOSPELOLIBERALISMO.PT